



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL

ATA Nº 3/2019

SESSÃO ORDINÁRIA

26 DE JUNHO DE 2019

PRESIDENTE: Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves

1º SECRETÁRIO: Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida

2º SECRETÁRIO: José Fernando Amaro Esteves

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezanove pelas vinte horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sardoal, na Sala Polivalente do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

### **Período Antes da Ordem do Dia**

#### **Ordem de Trabalhos**

1. **Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;**
2. **CPCJ - Relatório Anual de Atividades 2018;**
3. **Regulamento de Funcionamento do Conselho Municipal de Segurança.**
4. **Reforma do Sistema Eleitoral.**

#### **Intervenção do Público**

Seguidamente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia:-----

Miguel Jorge Andrade Pita Mora, Marta Tavares Gomes, Joaquim António Lopes Serras, José Fernando Amaro Esteves, Adérito Miguel Gaspar Garcia, Joana Marcos Barroso Ramos, Rui Manuel Lourenço Valente, César Filipe Gonçalves Marques, Anacleto da Silva Batista, Maria Manuela da Conceição Ferreira, Alcina Manuela B.P. Cardoso Almeida, Victor Júlio Outeiro Morais, Francisco da Silva António, Luis António Rodrigues Salgueiro, Aníbal Lobato, Patricia Silva, Paulo José Casola Pedro, António Pereira Fernandes, Jorge Nuno Lourenço Silva Pina.-----

Estiveram presentes os Senhor Presidente da Câmara e Vereadores Jorge Gaspar, Pedro Duque e Carlos Duarte. O Senhor Vereador Pedro Rosa não esteve presente por estar de férias estando a falta justificada.-----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sardoal fez-se representar pela Senhora Patrícia André Silva.-----

Posta a votação a ata da anterior sessão a mesma foi aprovada por unanimidade com 17 votos. -----

### **Período Antes da Ordem do Dia**

O Senhor Presidente da Assembleia tomou a palavra dizendo “Começaria quase por imperativo de consciência e, a tornar aqui repetitivo, ler a intervenção que tive, reler com algumas adaptações, a intervenção que fiz no dia 21 de dezembro 2017, uma intervenção que está escrita na ata de 21 de dezembro, que agora como todas as outras está disponível no site da Câmara para consulta dos

municípios, para que tudo seja claro. Nós fazemos questão de ter as nossas atas sempre disponíveis para os municípios poderem retirar suas dúvidas e ter a certeza do que se passou aqui na Assembleia Municipal. -----

“Não levem a mal que enquanto Presidente desta Assembleia, teça algumas apreciações ao que têm sido os primeiros tempos, já vamos com dois anos, três anos de uma realidade autárquico e política, algo diferente do que estávamos há alguns anos habituados. Nada é mais normal e saudável para a democracia, do que uma alternância de poder, neste caso, nos órgãos autárquicos e ninguém deverá se incomodar sequer, com a existência de ambições políticas, quer individuais ou dos próprios partidos desde que, enquadradas no objetivo do verdadeiro serviço às populações, dito isto, reforço que estou convencido que estes tempos nos obrigarão a todos, a sermos mais exigentes e mais eficazes na nossa atividade política e autárquica. Não me enganei há dois anos, na verdade, isso tem acontecido”. - Isto é uma intervenção que tive na altura, a respeito da situação do encerramento do balcão BCP “Porém, não deve, cada contrariedade, que separa o concelho de Sardoal e às suas freguesias sem uma oportunidade de confronto político, mas ao invés, uma oportunidade de juntar esforços e consensos em função dos municípios e fregueses. Haverá sempre nos locais próprios, espaço para discussão dos diferentes pontos de vista, independentemente do estilo e da forma como cada um pretendo levar o seu mandato, com mais ou menos publicidade dos atos, com mais ou menos divulgação nas redes sociais, com maior ou menor tendência populista, o importante será nunca esquecer que as guerras externas são as mais importantes, que a manutenção e o aumento da qualidade de vida do nosso concelho quando em competição com os concelhos vizinhos e com os concelhos do litoral mais populosos, deve ser a nossa meta. O que nos une no Sardoal deve ser sempre mais forte do que nos separa, os partidos políticos, admito até que seja um defeito pessoal e de alguma ingenuidade política, mas dificilmente me conseguirão convencer que no Sardoal, concelho com menos de 4000 habitantes, onde todos nós nos conhecemos e, com todos os obstáculos relacionados com a interioridade de diferentes formas, todos tentamos solucionar e ultrapassar, haja espaço ainda para perder muito tempo, muito tempo, com questões secundárias ao invés de procurar soluções que evitem estagnar a evolução do concelho.” -----

Esta intervenção eu fi-la em dezembro de 2017 e, tive que a fazer hoje porque acho que é importante lembrar aquilo que nos traz aqui, a todos, que é o focar no que é verdadeiramente importante que é

os nossos munícipes do Sardoal, o desenvolvimento do Sardoal, depois cada um tirará a interpretação do que eu aqui disse, da forma como entender.” -----

Tomou a palavra a Senhora deputada Patrícia Silva dizendo “Eu tenho uma declaração política para ler em nome do Senhor Presidente da Junta, Miguel Alves e vou passar a ler: Excelentíssimos Senhores deputados, em 21 de dezembro 2017, perante esta Assembleia Municipal, foi denunciado e questionado por mim, ao Senhor Presidente da Câmara, se tinha conhecimento que um deputado da assembleia de Freguesia de Sardoal, eleito pelo PSD, acedeu ao e-mail da Junta de Freguesia de Sardoal, mesmo após o dia 16 de outubro, o dia da tomada de posse do atual executivo. O Senhor Presidente da Câmara agradeceu a informação e entre outras coisas, disse que a pessoa tinha o direito de ser ouvida e que nos competia, para defender a freguesia, seria irmos até às últimas consequências. Pois bem, foi isso que fizemos, no dia 4 deste mês, elementos da judiciária foram às instalações da Câmara Municipal e apreenderam a informação do computador profissional bem como do computador pessoal, do referido eleito. Perante os inspetores, o visado terá assumido as suas culpas, mais tarde já nas instalações da Junta de Freguesia, percebendo a gravidade da situação, transmitiu-nos oralmente, que poderia correr em pena suspensa, manifestando intenção de assumir as despesas do processo, fazer um pedido de desculpas e renunciar ao mandato. Lendo a nossa declaração, pode depreender-se erradamente que foi uma imposição nossa, por isso tirar-se a elação de que foi coagido a isso. Nada mais falso. Após essa conversa, onde referiu que o processo lhe poderia trazer problemas pessoais, inclusivamente, remeteu-nos dois documentos, designadamente a carta de renúncia ao mandato endereçado ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia e a carta de desculpas onde assume igualmente as despesas processuais, a qual remetemos à advogada da Junta de Freguesia. Entendemos, quando divulgamos a notícia, que era a melhor forma de o fazer para que o caso encerrasse de vez. A Junta de Freguesia de Sardoal lamenta este episódio, crendo que neste processo não há vencedores nem vencidos tendo imperado apenas e só, a verdade. O Presidente Junta de Freguesia de Sardoal, Miguel Alves.” -----

Tomou a palavra a Senhora deputada Joana Ramos referindo “Eu estava aqui preparada para dizer outra coisa, mas de facto tenho que comentar esta declaração, porque não me passa indiferente. Dizer que não foi de facto o que fizeram até ao fim, foi o que começaram por fazer, mas não terminaram e, isso não é propriamente terminar um caminho e, não penso que a exposição pública, da forma como foi feita, tenha sido sensata, nem sequer de bom-tom, é a minha opinião pessoal. Relativamente aquilo

que eu queria efetivamente dizer, tem a ver com uma reunião da Comunidade Intermunicipal, na qual participei, no dia 5 de junho, o Dia do Ambiente e onde tratamos, foi uma reunião extraordinária, foi-nos apresentado um documento, com muitas páginas, que nós lemos, não exaustivamente, até porque era um documento muito, muito técnico, mas era um documento que, entre outras coisas sugeria, fez um estudo dos treze municípios em termos de alterações climáticas e, das medidas de mitigação e de adaptação às alterações climáticas, que são uma realidade que todos conhecemos e que infelizmente está entre nós. Fomos chamados a pronunciarmo-nos sobre o documento e assim fizemos, eu assim fiz também, propus algumas soluções que parecem, talvez pareçam muito fora da caixa, neste momento, mas daqui amanhã quem sabe, sugestões, inclusive, que se verificam já noutros países, que estão a contribuir para que, para mitigarmos e adaptarmos as alterações climáticas e queria-vos dar conta desse acontecimento que julgo, foi uma iniciativa muito importante da CIMT e que tem todo o cabimento nesta altura, na nossa sociedade e na nossa vida.” -----

Tomou a palavra a Senhora deputada Alcina Manuela referindo “Eu queria alertar aqui para uma situação que se está verificar ultimamente, aliás, já se verificou o ano passado no verão, aqui no Sardoal, que é o patrulhamento do GNR a cavalo. Não é que seja contra o patrulhamento, pelo contrário acho que é sempre bem aceite, não tenho nada contra os cavalos que é um animal que eu gosto, muito são muito simpáticos, agora, os dejetos que eles vão lançando pelas ruas, eu acho admissível. Portanto eles se querem continuar com esse patrulhamento, acho que hoje, acho não, tenho a certeza, há já objetos próprios que se colocam nos cavalos e terá toda a conveniência eles fazerem isso, porque realmente, andar aí a sujar as ruas todas, isso não abona nada para a nossa vila. Nós somos uma vila que queremos atrair cada vez mais turismo de qualidade e, não fica bem chegarem aí pessoas de fora e dizer que isto é uma aldeia ou o que é isto. Acho que é um bocadinho desagradável, além de que depois as ruas cheiram mal. Aqueles dejetos, fui-me informar e, são um foco de propagação de tétano, é muito perigoso, passam crianças, passam animais, os carros pisam aquilo e levam e vão espalhando aqueles excrementos por toda a vila. Portanto eu queria apelar aqui à sensibilização do executivo, para que tenham uma reunião, uma conversa com a Guarda Republicana, para ver se vamos dar fim de facto a isto que se pode vir a tornar um problema, hoje não é, mas pode vir a ser um problema mais grave. Já que se fala tanto em ambiente hoje em dia, por um Sardoal mais limpo e mais agradável.”-----

Tomou a palavra o Senhor deputado Rui Valente que disse “Eu tenho aqui uma pergunta para fazer ao Senhor Presidente mas queria em primeiro lugar, no seguimento da nossa colega Alcina, tudo o que disse, só que não é só na vila, é na vila e nas aldeias porque os cavalos também passam nas aldeias e os dejetos também ficam naquelas aldeias. Aquilo que eu queria dizer era o seguinte, todos sabem, logo penso que todos sabemos, que o trânsito da estrada nacional 2 previa que veículos superiores a 3500kg fossem desviados para a N555, ou seja, vão para ali para a estrada dos Valhascos. Eu li que, na mensagem escrita do Senhor Presidente, nos procedimentos, diz aqui, que é a pintura da sinalização naquela estrada, penso que os desvios daquele trânsito se vai prolongar até o final de setembro, pelo que oigo dizer, não seria conveniente fazê-lo até essa data e também relativamente a este caso, há muita dificuldade, ontem foi um caso desses, viaturas que chegam ali ao largo da aldeia e que terão que voltar à direita para a estrada que liga os Valhascos à Barca do Pego e, há condutores que não vêm a sinalização e, seguem em frente e não é uma, nem duas, nem três vezes, que entrou o semi-reboque e teve depois muita dificuldade em fazer aqueles cem metros, não sei se seria possível colocar lá uma sinalização, nem que fosse provisória, para que, não é que aquilo não se veja com a sinalização, que até tem outra cor, mas seria bom se calhar colocar lá uma sinalização provisória a impedir que esses camiões fossem para essa estrada.” -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo “Aproveito para responder à situação dos cavalos, o melhor que nós temos que fazer é a fazer queixa à SEPNA que é a força da GNR para o ambiente, era o melhor, até porque nós já falamos disso, o ano passado falamos isso, pedimos para haver cuidado em relação a isso, aqui há tempos até uma senhora da limpeza da Câmara, lhes disse que que aquilo não fazia sentido, porque eles passam aqui e a seguir vamos nós limpar, não faz sentido, não me parece que seja uma boa forma de estar e vamos mais uma vez insistir. Tem havido algumas conversas, aliás se alguém sabe como é que estas coisas funcionam dos cavalos é o vice-presidente, Tenente Coronel de Cavalaria e já aconselhou, já sugeriu como é que as coisas devem ser feitas até, aprendendo com ele, aquilo que eu sei, até para o próprio animal não é absolutamente nada saudável andar aqui no meio da Vila, andar aqui nestas ruas, andar neste piso, não é absolutamente nada saudável, por isso vamos insistir internamente, quando digo internamente, digo aqui no nosso concelho, mas se na verdade as coisas não foram resolvidas temos que passar por outro patamar.

Em relação ao trânsito na Nacional 2, há realmente aqui vários constrangimentos não é só onde o Senhor disse, é verdade e, nós já temos conhecimento deles, nós temos conhecimento de um conjunto

de constrangimentos, temos estado a contactar o Engenheiro responsável para que ele venha ao Sardoal e vá dar uma volta connosco para perceber, olha aqui tem que ser feito isto, aqui tem que ser feito aquilo, tem que ser posto um sinal. Por exemplo, quem vem ali da nossa zona industrial e vai para dentro de Valhascos, precisamente no sítio onde o Senhor estava a referir as pinturas, passa a Associação, chega ao cruzamento, já aconteceu ir em frente ou então com um semi trailer, semi-reboque tem que fazer a curva. Há aqui sinalização que tem de ser afinada, quem diz aí, diz também o desvio que é feito logo em Abrantes para Carvalhal, mas depois não há indicação nem em São Simão nem nas Sentieiras, aliás, quem quiser vir para o Sardoal, chega a São Simão ou chega às Sentieiras diz Sardoal e quando aí chega devia de haver uma placa também de interdição a pesados, tirando os transportes públicos, obrigando a ir dar a volta por Carvalhal para depois entrar aqui na variante.

Estes são os constrangimentos que nós já detetamos, transmitimos e que que estamos à espera que as pessoas venham ao terreno para dar uma volta connosco e perceberem.” -----

Disse ainda o Senhor Presidente “A senhora Deputada Patrícia fez referência ao meu comentário na Assembleia Municipal. Eu acho redutor essa transcrição que fez ou que foi feita pelo Senhor Presidente de Junta, porque eu disse muito mais do que isso e, se me permitem, peço um bocadinho vossa paciência, era importante que ficasse claro aquilo que eu disse naquela altura, porque disse muito mais, disse o que disse, está certo, mas disse muito mais, mas agora para que não restem dúvidas, “ Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo agradecer a informação mas existe um princípio de separação de poderes dado que este assunto em nada diz respeito à Câmara Municipal, sendo uma má prática política e, a ser verdade tudo disse, há sítios onde estas coisas têm de ser devidamente analisadas. A pessoa em causa tem o direito de ser ouvida ou não, mas havendo alguém que tenha uma má prática na ação política, sendo assim como disse, reprovo completamente, seja o meu parceiro do lado, alguém da família, do partido, ou de outro qualquer, seja quem for, é condenável qualquer ação, qualquer atitude que saia fora das regras e todos, independentemente do partido a que pertencem têm não só o direito e obrigação de defender este tipo de situações, estão cansados, estamos cansados de ouvir dizer, injustamente, mal da política, dos políticos, não se pode permitir que situações que não sejam corretas permaneçam no seio da política, muito menos junto deles, mas isto é em tese, no geral, pois caso concreto o Senhor Presidente da Junta de Freguesia terá de fazer aquilo que lhe compete fazer, para defender a sua Junta de Freguesia, que é o que eu faria como Presidente

Câmara, até às últimas consequências.” Isto foi o que eu disse e subscrevo completamente na íntegra tudo aquilo que disse. -----

Sobre este assunto, permitam-me só que diga e não vou falar mais sobre ele, subscrevo completamente aquilo que foi um comunicado feito pelo Partido Social Democrata e, acho que tudo aquilo que nós possamos dizer para além disto, é algo que irá sim, afastar as pessoas da política, irá pôr em causa não só os atores de eventuais más práticas ou maus princípios, eventuais, disse eu, mas sim todos nós e, nós temos que combater para que estas coisas não aconteçam, não só o que aconteceu da parte de uma pessoa do Partido Social Democrata, mas também aquilo que a meu ver, daí subscrever completamente o comunicado do Partido Social Democrata. O Senhor Presidente da Junta com o cargo que ocupa, eleito e, como representante de Freguesia devia ter tido mais cuidado nas palavras e nos procedimentos, mas como diz o comunicado, para mim chega e nada mais falarei sobre o assunto. Nós temos responsabilidades institucionais e as nossas responsabilidades institucionais como eleitos, representantes dos municípios, dos fregueses, obrigam-nos a que sejamos muito mais do que um simples cidadão, que se pode dar ao direito de dizer tudo o que quer, da forma como quer, nós, políticos, que zelamos pelo bem da política e que, todos nós, não tenho dúvidas nenhuma, que todos nós que estamos aqui, queremos demonstrar que a política é uma coisa saudável, é uma coisa boa, temos que lutar não só por palavras, mas também por atos.” -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia, que referiu “Tenho duas ou três notas para falar, nada de muito complicado. A primeira questão é uma nota para dirigir à mesa, tenho reparado que a documentação tem chegado, se quisermos ser rigorosos, em cima do timing na data limite, na hora limite, está-se a cumprir o procedimento, estamos todos de acordo, mas se calhar desta vez os assuntos não são assim tantos que obrigue a que cada deputado tome mais tempo para trabalhar o que tem que trabalhar para participar na Assembleia, mas para outras Assembleias se for possível, pedia que fossem enviados com maior antecedência, sabemos que o que está acordado e o que está no Regulamento é o que está a ser cumprido, até 48 horas antes ou até dois dias antes da Assembleia, mas acho que ficava bem melhorarmos aí um pouco. E agora para o Senhor Presidente, primeiro para falar num assunto que normalmente costumamos perguntar, há já muito que não perguntamos, senão na informação do Senhor Presidente, que tem a ver com PDM e já há muito tempo não falamos dele, Senhor Presidente, acho que é importante fazermos um ponto de situação, estamos a meio do ano 2019, saber o que é que, quais foram as últimas evoluções, em que ponto estamos. A segunda questão

tem a ver com as zonas de proteção às localidades, às aldeias, se quisermos, e as casas também, já foram ultrapassados também este ano, os limites dos proprietários tinham para proceder às limpezas das faixas de proteção, já passou também o prazo para os municípios se substituïrem aos proprietários e fazerem também esse trabalho e, ultrapassados estes limites, tenho verificado que em alguns locais continua a haver ainda faixas que me parecem que estão por fazer algum trabalho, uma logo aqui a entrada da vila, quando vimos, estamos a passar na Rua da Olaria, se olharmos a nascente para aquela encosta, creio que há ali alguns eucaliptos e algumas árvores, eu estive agora a confirmar pela informação, disponibilizada no site da Câmara, parece-me que aquela zona, que está dentro da zona de proteção dos 100 metros, portanto convinha, ou seja, depois da Ribeira, depois há ali algumas hortas nessa encosta para cima há aí algumas arvores, que me parece que estão na zona de faixa de proteção, não sei se foi levantado algum auto se não, convém que alguém passe por lá e veja.

Também ali na zona da Venda Nova, especialmente na saída para o Valongo, próximo de algumas casas há ali algum pinhal que parece-me não foi feito o devido tratamento, estou só a levantar alguns pontos, não serei exaustivo, porque como é óbvio não tive tempo de passar pelo concelho nem era esse o pressuposto. No Valongo parece-me que por detrás das casas, no sentido poente parece-me que há ali algumas, nomeadamente, eucaliptos que estão fora dos limites e, para não me alongar muito mais, mas reforçar bem um local que o Senhor deputado Francisco António já aqui falou há algum tempo, que é à entrada dos Panasos, há ali um eucaliptal, é mesmo à entrada em frente à primeira casa dos Panascos quando vamos da Serra de Alcaravela e, neste sentido, a pergunta para o Senhor Presidente, ou, as perguntas, é quantos autos foram levantados, em ponto é que estão e, como é que tem estado a correr este processo dos autos sobre a limpeza das faixas de proteção.

Por fim felicitar o município porque há alguns meses quando falamos na questão dos incêndios e quando se falou no programa de aldeia segura o Senhor Presidente na altura, a sua opinião e, daquilo que eu me recorde, era muito a favor e achava que não iria resolver nada pronto, mas em todo caso pronto, pelo menos, pelo menos tenho algumas dúvidas, também não quero estar aqui a ser, a caucionar muito sobre esta questão, porque aquilo que é importante é que de facto o município aderiu a este programa e concordando-se ou não com ele, eu acho que nesta matéria é necessário fazer tudo, tudo aquilo que está no nosso alcance para evitar, mesmo tendo dúvidas que algumas das medidas, algumas das questões que se calhar, que sejam sequer operacionalizadas, ou que sejam práticas e na altura discutimos muito ou pelo menos discutimos alguma coisa sobre este tema, mas ainda assim acho

que é um, foi um passo importante, cuidado, exatamente por isso, porque nesta matéria dos incêndios e da proteção das aldeias, das nossas pessoas e, dos bens das pessoas têm, eu acho que temos de fazer tudo aquilo que for possível e portanto.” -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia dizendo “ A respeito da questão dos documentos e com certeza que eu gostaria de enviar sempre com uma antecedência muito maior para aqui, tem muito a ver com a calendarização, as vezes da reunião de Câmara, os documentos ficam disponíveis, vou dar um exemplo, nesta semana, a reunião de Câmara foi na quarta-feira, na quinta-feira feriado, na sexta-feira alguns funcionários da Câmara fizeram ponte, daí que alguns documentos só estavam disponíveis mesmo na segunda-feira. Como é óbvio, eu dentro do que é o bom senso, tento sempre que aqueles documentos que eu sei que necessitam de um período de análise maior por parte dos senhores deputados, sejam enviados com maior antecedência, felizmente nesta reunião, eu penso que não haveria nenhum com esse nível de urgência, mas que é óbvio é um apontamento que eu concordo e a Assembleia tudo fará para enviar o quanto antes, aliás só fico descansado quando envio os documentos todos, até lá estou sempre preocupado.” -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo “ Pegando nas suas palavras eu acho que podemos melhorar, podemos e devemos melhorar, tem toda a razão Senhor deputado Adérito Garcia, posso dizer que os documentos estavam prontos para sair na sexta-feira mas, precisamente porque houve um funcionário que faltou nesse dia, depois as coisas não correram como desejaríamos, mas tem toda a razão, é um aspeto em que nós devemos sempre que possível, eu as vezes até já digo, mesmo que não se consiga enviar todos os documentos, mas aqueles que já estão prontos podem ser enviados, não há necessidade e acho que ninguém se importaria com isso, de receber os documentos não todos de uma vez mas à medida que eles vão saindo, pronto podemos melhorar nesse aspeto.

PDM, estamos em velocidade não é de cruzeiro, é veleiro, temos mapas que já nos foram entregues pela empresa, estamos a fazer uma análise macro, houve entretanto alterações de legislação, de pormenores, de denominações, determinadas áreas nós estamos também a tentar perceber tudo isso, e acredito que em setembro já há matéria para ser divulgada por todos e podermos todos dar sua opinião, criar aqui um espaço onde possamos perceber aquilo que está a ser feito, em que possa ser dado o contributo, não só em termos de Assembleia Municipal, mas até mais alargado a apresentar a população.

Em relação à aldeia segura, pessoas seguras, esse programa aldeia, segura pessoas seguras, que tem a ver com os 50 metros, é claro que nós sabemos que nem todo o trabalho está feito e nós estamos no terreno, juntamente com o GNR, fazendo notificações nesse sentido e aquilo que tem acontecido é que as pessoas ao serem notificadas depois fazem, assim que recebem a notificação fazem. Temos neste momento 28 autos levantados pelo gabinete técnico florestal do Sardoal e, temos oito autos levantados pela GNR. Não fico satisfeito com isto que eu vou dizer, não me satisfaz em nada, mas garanto-lhe, por aquilo que tem sido dito, pelas pessoas que estão no terreno, nós temos o nosso trabalho nós somos dos concelhos que, infelizmente, temos o trabalho muito mais avançado, infelizmente porquê, porque gostaria que todos estivéssemos ao mesmo nível, o que seria bom para todos nós. De qualquer das formas a substituição dos proprietários, há aqui algo também não está a correr bem, nós fizemos a candidatura de acordo com o orçamento do estado. O governo tinha 24 dias para transferir a verba para a nossa conta para nos substituímos aos proprietários e também isso, ainda não aconteceu. O que é que eu posso dizer mais sobre isto, que estamos na fase de contratação, apesar de não vir o dinheiro, vamos para o terreno, contratando empresas ou, os nossos sapadores florestais, quando não estão a fazer serviço público, eles têm que fazer 50% de serviço público, quando não estão a fazer serviço público, poderão desenvolver alguns desses trabalhos e, é isso que nós estamos a fazer, mas felizmente o que tem acontecido é, quando o proprietário é notificado do incumprimento, normalmente faz a seguir. Eu não sei se vai acontecer o que aconteceu o ano passado, porque no ano passado quando o proprietário foi notificado, ele está em incumprimento, automaticamente tem uma coima, tem uma penalização, agora o que foi feito o ano passado e, nós somos autoridade fiscalizadora assim como ICNF, como a GNR, mas quem aplica, quem decide qual é a coima, é a Secretaria-Geral da Administração Interna, que por acaso delegou no comando distrital da GNR e aquilo que foi feito e, é bom que as pessoas tenham isso em consideração, porque se eventualmente acontecer a mesma coisa este ano, é bom para todos, é que sempre que as pessoas foram notificadas e estavam em incumprimento, a coima foi uma admoestação, teve nem sei, se custas judiciais se custas de processo. Aqueles que não cumpriram foi 280 € de multa, foi a multa mínima, o que já dói, por isso esse trabalho está a ser feito depois tem muito a ver com o período de alertas que é feito, há alturas em que se pode ir para o terreno, há alturas em que não se pode ir para o terreno, é um trabalho que não vai mais uma vez resultar como deveria resultar, a 100%, até porque a partir de agora quem não fez vai ter muito mais dificuldade fazer.

Nós estamos minimamente protegidos porque a esmagadora maioria destas faixas no nosso concelho estão feitas assim, como a faixa de rede secundária e, como as faixas de rede primária, há realmente pequenas ilhas onde se tem que trabalhar, há outras também que se tem que ver essa questão. Estava a dizer o Vale da Mata, temos que perceber, tem tudo aquilo que são as árvores classificadas, emblemáticas há lá muita Azinheira, muito Sobreiro e essas não têm as mesmas regras do Pinheiro e do Eucalipto, mas isso sendo um sítio tão visível eu acho que qualquer entidade fiscalizadora só não multou porque deve haver qualquer razão, se é que não multou, também não se sabe. Como estou a dizer a GNR tem 8 autos levantados e o gabinete técnico florestal tem 28, mas todos os dias nos chegam autos vindos da GNR por isso não sabemos, não posso dizer.

Em relação à aldeia segura, houve uma evolução e acho que até pelas responsabilidades que tenho nesta matéria, acredito que os meus contributos tenham dado essa versão, modéstia à parte, mas felizmente acho que sou uma voz desta matéria, que mais ou menos as pessoas ouvem. Fui crítico em certas e disse, isto assim não funciona, isto não faz sentido, estava a referir-me concretamente ao tirar as pessoas das aldeias, a evacuação das aldeias é uma responsabilidade demasiado grande para um oficial de segurança e, nós não queremos isso, nós não queremos que oficial de segurança seja o responsável por retirar as pessoas da aldeia e, era isso que inicialmente estava previsto, vou dar o exemplo daquilo que aconteceu na Saramaga em que estava o Presidente da Junta, era o Vítor Pires estava um Presidente de Junta, estava o Presidente de Câmara, estava a nora e o filho a tentar tirar um casal de idosos da sua casa e eles, não saio daqui, não saio, não saio e já estávamos ali há muito tempo a tentar, Chegou GNR, com a farda, vamos embora daqui para fora, pareciam outros, foi logo, por isso há coisas que em nada o oficial de segurança se pode substituir, o oficial de segurança é alguém que vai ajudar a tempo, com uma distância temporal bastante grande, não é alguém que quando o incêndio está a bater à porta, quando o incêndio chega à aldeia ele vai intervir, não, é quando a uma distância e com toda a calma possa juntamente com a GNR, com os bombeiros o com o INEM dizer, atenção que vamos agora por aqui, vamos ali aquela rua porque está lá uma senhora acamada, atenção porque nós temos levantamento feito, temos esse registo, mas uma coisa é ter um papel outra coisa é ter lá um oficial de segurança a quem se pergunta, e então qual é, como é que se chega lá mais rapidamente, isso é o papel do oficial de segurança. Eu até dizia em extremo, se é isto que estão a pensar fazer do oficial de segurança, o melhor é darmos também o uso e porte de arma, mas não, neste momento está perfeitamente identificado o papel do oficial de segurança como por exemplo,

aquilo que é dito, nós temos por exemplo a nossa GNR toda ela empenhada num incêndio no nosso concelho mas é preciso reforço, esse reforço vem por exemplo de Coruche, tendo nós os nossos GNR a regular trânsito, ou seja, os de Coruche quando chegam, o papel do oficial de segurança é orientar esses GNRs, olhe você tem que ir para tal sítio, vamos para Mógão Cimeiro, GPS Mógão Cimeiro, o oficial de segurança responsável por essa área acompanha, com tempo com segurança, os GNRs para fazer uma evacuação. Este é o papel principal, tudo o que vá para além disso, que era aquilo que inicialmente havia receio que fossem as responsabilidades em demasia do oficial de segurança, está fora de questão. Havia outra questão que eu dizia também, se nós pomos o oficial de segurança a atuar quando fogo está na aldeia, nós não sabemos como é que o próprio oficial de segurança funciona, ou como é que reage em situação de pânico ou de crise, não é uma situação, sei lá, às vezes, com os profissionais a gente sabe uma coisa, há histórias que não deviam de acontecer, agora imaginemos com quem não tem o treino que alguns têm, por isso, essa triagem já foi feita, está bem esclarecida e, o oficial de segurança poderá agir com tempo quando incêndio está muito longe e que há aqui um número de horas suficientes, acompanhado como disse, pelas autoridades para fazer, ou levar as pessoas para os abrigos, para os locais de encontro, seja como for, por isso está bem claro e, também melhoramos neste sentido, mas realmente aquilo que seria inicialmente e até houve alguns simulacros feitos por este país, era mesmo um exagero.

Houve uma excelente resposta, mais uma vez a nossa população, eu sei que alguns concelhos também aqui da nossa região e, não são tão poucos como tudo isso, que não conseguiram implementar este programa, mas, mais uma vez os sardoalense deram provas de que estão na primeira linha destas coisas.” -----

Interveio o Senhor deputado César Marques, referindo “A minha primeira intervenção será para felicitar a Associação Cultural e Desportiva de Valhascos pela tomada de posse dos novos corpos sociais, no passado dia 9 de junho e queria também colocar uma questão ao Senhor Presidente, relativamente à questão que o senhor Rui Valente colocou, por causa do trânsito, da alteração do trânsito à nacional 2. Sabemos que pronto isso vai ser uma obra prolongada mas também sabemos que a estrada de Valhascos para Alferrarede tem mau estado de conservação, queria só saber se da parte do município, com o Município de Abrantes, se há alguma forma de se melhorar aquele resto de troço, porque temos algumas empresas com veículos pesados no nosso concelho que já falaram que que aquilo degrada os veículos pesados, não é uma alternativa viável também pelo estado de conservação da via.

Para além disso queria fazer uma intervenção que surge, é uma reflexão e, surge no contexto das informações têm sido veiculadas pela comunicação social local e nas redes sociais, que nós sabemos que as redes sociais têm potencial enorme em termos de divulgação de conteúdos, fazer chegar a informação ao maior número de pessoas num curto espaço de tempo, mas apesar destas vantagens todas, também daqui advém inúmeras consequências negativas. Nos dias de hoje, fazer política nas redes sociais é muito comum e não podemos deixar cair no erro de, passo o estrangeirismo, de nos tornarmos spam, porque a uma certa altura, a mensagem deixa de passar e temos de entrar no campo do ridículo, concretizando isto para a nossa realidade, uma pessoa que não conheça o Sardoal faz uma pesquisa simples numa rede social, pode chegar facilmente a uma página que nos apelida como Vila grua, digo apelido, porque isto nos rotula a todos, sem descrição, a todos os sardoalenses, quando podem ser vistos documentos internos de uma junta de freguesia permite-me a expressão, escarrapachados nas redes sociais, replicados na comunicação social, além dos valores que põe em causa, dá uma imagem má, errada, daquilo que realmente é o Sardoal. Transparência política não é isto e, isto não é fazer política, afasta as pessoas da participação cívica, afasta as pessoas do interesse pela política, pelo insignificante que às vezes nos torna, que se faça política nas redes sociais sim, mas para mostrar o melhor que nós temos e que sabemos fazer e que não se tire partido de dividendos políticos disso, porque enquanto políticos não podemos contribuir para a informação que nos desvia daquilo que é realmente importante porque isso não traz efeitos práticos para a vida das pessoas, não melhora o cuidado da vida das pessoas nós não nos podemos alhear daquilo que é a nossa responsabilidade e das nossas funções políticas que temos durante todo o ano” -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Anacleto Batista, dizendo “Eu peço desculpa da intervenção que vou fazer, mas eu tinha prometido a mim mesmo que faria e aconteceu precisamente hoje, ainda não há muitas horas falando com algumas pessoas, vieram ao encontro do meu pensamento e sempre com o mesmo sentido, mágoa, tristeza profunda, amargura, e isto veio a propósito precisamente de uma coisa, não foi falado ainda, mas eu vou falar. Quero dar os parabéns aos grandes vencedores das últimas eleições disputadas para o Parlamento Europeu. Um partido chamado o partido da abstenção e, foi acabado de falar, nós estamos a viver períodos muito dramáticos e como eram os meus primórdios da política, há quarenta e muitos anos, aprendi de alguém, politicamente havia muita gente que não gostava dele, mas eu entendo que era um homem, foi um homem de visão enquanto lhe deram vida, quando lha tiraram morreu, Francisco Sá Carneiro, ao dar instruções precisamente de como é que se

fazia uma campanha eleitoral, ele punha precisamente isso nos comícios e nas sessões de esclarecimento, há uma coisa que ninguém pode deixar em branco, insistir para que toda a gente vá votar, em quem quiser, no A no B no C, em quem quiser, agora que ninguém fique em casa. Eu confesso muito sinceramente que quando vi publicados os resultados e vi a abstenção, senti uma amargura tremenda e fui aos meus livros antigos, aos apontamentos antigos, fui lá ver precisamente aquilo que era o pronúncio do que então já se afigurava, os interesses das populações pela vida política e isso começa precisamente por todos nós, por mim próprio, talvez eu não esteja a fazer um serviço como deve ser, talvez, como dizia aqui o nosso companheiro, não haja um esclarecimento total, talvez nós ainda não tenhamos aberto os olhos para a realidade deste mundo em que vivemos e por isso, assistimos a cada instante a uma espada de dâmocles em cima da nossa cabeça, porque sou maluco de ter pedido para dar uma trombada como elefante e o outro sangra-lo na Coreia do Norte ou em qualquer lado no Irão. Nós estamos sujeitos, de um momento para o outro, deste mundo desaparecer e eu vi aqui há dias uma imagem que um amigo meu me fez chegar através da internet, que é desolador os trenós e os cães que normalmente puxavam pela neve iam a puxar pela água já não há neve lá no polo, já os trenós e os cães circulam, pela água e isto são tudo coisas que obviamente nunca as pessoas se capacitam que nos pode tocar nós. Obviamente que a mim digamos talvez pela força dos anos, não estou grandemente preocupado mas como sou um ser humano e estou rodeado de seres humanos, preocupa-me fundamentalmente estas crianças, estão a nascer agora e preocupo-me saber os três aspetos que eu gostaria e, a falta de consciencialização daquilo que é a responsabilidade de cada um, a falta de incentivos para que as pessoas estejam interessadas por aquilo que é da sua própria terra e por aquilo que diz respeito a todos nós e, é essencialmente a descaracterização da política na sua globalidade que leva muita gente a dizer como alguém me dizia há bocado em Lisboa, precisamente por isso meu amigo não tenhas ilusões, porque isto já não melhora isto vai para pior. Confesso-vos que 45 anos depois senti uma amargura muito grande como nunca tinha sentido na minha vida ver que alguém que, obviamente devia estar mais animada do que eu, estava mais desanimada e mais descrente. Isto é mau sinal para a nossa vida quando e, eu faço isto com um bocadinho de brincadeira e digamos assim quando se tem que dar os parabéns a um partido, chamado partido da abstenção acho que todos nós que estamos aqui, este órgão é essencialmente político, e todos nós fomos eleitos para este órgão, temos responsabilidade dupla, de evitar que isto comece a acontecer no Sardoal, em Abrantes seja onde for que nós estejamos, que tenhamos a nossa palavra,

que evitemos que a degradação da política comece precisamente por uma abstenção que pode chegar a uma posição vergonhosa e termos 10% de votação e 90% de abstenção.” -----

Interveio o Senhor deputado Luis Salgueiro, que referiu “Em primeiro lugar gostaria de saudar a iniciativa das Jornadas do Associativismo que decorreram no passado dia 18 de maio, mais uma vez foi um evento com casa cheia onde estiveram presentes bons exemplos de associações de concelhos vizinhos, onde a partilha de conhecimento e boas práticas associativas predominaram e levou a analisar algumas janelas de oportunidade que foram apresentadas pelas entidades presentes, bem como a forma como o Senhor Vereador Pedro Rosa conduziu as mesmas. Em segundo lugar valorizar a continuidade do apoio dado pela Câmara Municipal as associações do concelho, com a assinatura dos protocolos e, para terminar e, pela experiência que tenho como dirigente associativo, apelava também para as Juntas de Freguesia, seguindo o exemplo do município, estivessem mais presentes e mais inteiradas em relação ao concelho no que diz respeito às associações das suas freguesias. Pois por vezes reparamos que existe alguma falta de conhecimento sobre as mesmas e pelo importante trabalho que se desempenha perante a sociedade. A lamentar tenho que dar o exemplo da festa da Junta de Freguesia de Sardoal, onde na aldeia de Andreus, hoje existem três associações, uma cooperativa e, onde apenas uma associação tenha sido convidada a participar nestes festejos.” -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Francisco António para referir o seguinte “Esta é a minha intervenção, vai ser curta contrariamente aquilo que eu de facto tinha pensado e preparado, mas uma vez que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sardoal não está presente, parece-me a mim e, de bom senso e, até que uma questão de respeito, não me pronunciar nem responder à representante da Junta de Freguesia que está aqui, porque em meu entender, todo o trabalho que eu tenho feito tem que ser ouvido exatamente pelo principal protagonista e que é o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sardoal. Acho que já foi falado aqui demais e o Presidente da Câmara já disse o que tinha a dizer e bem, a companheira Joana Ramos também já falou do assunto e bem, o meu companheiro César Marques também já falou e muito bem, portanto, quer o César Marques quer a Joana Ramos quer o Luis Salgueiro, estão a dar um indicativo muito bom, porque de facto, o futuro do PSD no Sardoal está garantido, os mais novos começam a ter a palavra, os mais novos começam de facto a impor-se, começam a intervir e bem e isto deixa-me particularmente rejubilado, portanto fico contente com isso, como também fico contente por saber que foi com uma certa nostalgia e, tenho que dizer isto, peço desculpa Senhora deputada Alcina Manuela, peço desculpa foi com alguma já que eu

ouvi falar aqui em cavalos da GNR, há uns anos largos nisso e devo dizer-lhe que fazia-me deslocar, fazíamos deslocar muitas vezes qualquer coisa como 160 cavalos, portanto de Braço de Prata até Belém, demorávamos três horas a fazer o circuito, praticamente atravessávamos a cidade toda de Lisboa para estacionar em frente ao Senhor Presidente da República, na altura General Ramalho Eanes, veja bem qual era a quantidade de excrementos que iam ficando pela cidade fora e que ainda hoje isso se verifica pese embora muito menos quantidade.

O que é que acontece, a GNR é assim, a GNR precisa dos cavalos para os patrulhamentos do interior, a GNR Patrulha de moto ou faz isso com os cavalos, se não patrulha é porque não patrulha e porque não vem às aldeias e isto e aquilo, os cãesinhos também fazem isso na rua e em cima dos passeios e as pessoas não se preocupam, os gatos, eu não estou a dizer que esteja bem ou esteja mal, mas isso acontece em todas as cidades e, os turistas especialmente em Lisboa gostam muito ver os cavalos da GNR, porque é de facto das coisas mais lindas que existem em termos militares, agora o que não pode é andar um guarda a cavalo e outro guarda com uma pá atrás a apanhar o lixo, tem que se perceber isso, isto é só um aparte. Quanto ao resto penso que não há mais a dizer, não vou alimentar aqui mais polémica nenhuma, não tenho direito de fazer, gostaria de fazer e vinha preparado para fazer acerrimamente, mas não vou fazer, já disse porquê, mas também quero deixar uma palavrinha relativamente ao que disse o meu companheiro Anacleto Batista. De facto, um país onde 23% dos votos é que são úteis, de 23% que elegem 21 indivíduos e, ainda alguém consegue vir às redes sociais, mais uma vez dizer, que de facto foi uma grande vitória na Freguesia de Sardoal, o PS ter ganho as mesas todas na Freguesia do Sardoal. Por acaso para mim não foi um grande vitória nem foi uma grande derrota, o Sardoal não ganhou nada com isso, conforme não ganhou nada, pelos vistos, com os indivíduos que foram para o Parlamento Europeu e afinal, até cada um está encostado no seu canto, há dias que não chegam a ver os outros. Portanto, venceu não venceu, ganhou não ganhou é um caso de facto que devia merecer reflexão, mas a minha opinião, deve merecer reflexão muito mais da parte do PS que do PSD isto porquê, porque de fato de cada vez que há eleições para o Parlamento Europeu, para o Governo e mais não sei quantos, o PS tem bons resultados, sempre que há eleições para o poder local, o PSD ganha sempre, com margens que não deixam sobre dúvida, portanto alguma coisa aqui está a correr mal, de qualquer das formas é como diz o Anacleto Batista e muito bem, parabéns, atenção.” -----

Interveio a Senhora deputada Alcina Manuela para dizer “Desculpe mas eu não quero entrar em altas cavalarias por aqui, mas olhe, isso em Lisboa passou-se há quantos anos, a tendência neste momento não, não se passa Senhor Francisco, essa porcaria no chão, eles têm uma fralda própria, agora nesta altura já não é como antigamente, neste tempo têm uma fralda própria, agora já têm fraldas e a nossa tendência não é manter a sujidade, nós estamos a evoluir, temos evoluído muito e também temos que evoluir neste aspeto da limpeza e da higiene, Senhor Francisco desculpe, mas aí essa cavalaria para mim não serve.” -----

Tomou a palavra a Senhora deputada Marta Gomes referindo “Eu não queria falar mais sobre a grua do Sardoal mas efetivamente, nem por benefícios políticos, nem sem ser políticos, acho que a Vila, se quer trazer mais turistas para o Sardoal, tem que tirar aquela porcaria dali porque aquilo, além de ser inestético, é perigosíssimo, porque se aquilo cair em cima daquilo que cair, o prejuízo é muito maior do que tirar a grua do sítio onde está. Uma pessoa desce a Rua do Vale o que vê, vê uma grua lá pendurada e, uma pessoa vai ao Convento e vê uma grua no Sardoal, quer dizer queremos que os turistas venham então queremos que eles vejam as coisas como elas são e não como estão, porque realmente a grua é um péssimo postal para Sardoal.”-----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo “O que nós queremos é substituir aquela grua por outra e explico porquê, porque aquela grua faz parte de uma empresa, essa empresa à qual nós já dissemos, queremos que ela tire e, queremos lá por outra de outra empresa, com maior proatividade, pronto é só isso que eu tenho a dizer.” -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Joaquim Serras que referiu “Em relação à limpeza dos terrenos portanto, o Senhor deputado Adérito Garcia tirou-me as palavras, mostrar a minha preocupação pronto em relação aos Panascos, os eucaliptos portanto, estão a menos de 50 metros das casas e resulta numa mancha que se estende portanto e parece-me a mim, de bastante gravidade mas pronto essa está já. Em relação à estrada nacional 2 portanto, também manifestar a preocupação com os custos que isto traz aos empresários do nosso concelho, nomeadamente as empresas florestais, as empresas de construção, portanto que vão ter que alterar aqui o percurso portanto, a Estrada de Valhascos, que é muito complicado ou vão ter que ir para o lado do Carvalhal ou vão ter que ir pelo lado das Mouriscas, isso trás custos acrescidos às empresas, posso dizer que a Associação Comercial, que abrange também o concelho do Sardoal, já manifestou também junto das Infraestruturas de Portugal, a preocupação com a situação, a data que está é setembro, depois as coisas atrasam-se sempre, passei

lá mas não vejo ninguém a trabalhar portanto não se percebe porque é que, o que é que está ali a passar. Outra questão que queria perguntar ao Senhor Presidente, tem a ver com o contributo que o Município tem dado para os investimentos particulares, privados, que tem no Sardoal, portanto, nomeadamente o contributo especificamente à empresa Sarplas e a forma como isso está a decorrer.”-- Tomou a palavra a Senhora deputada Joana Ramos que referiu “ Eu não podia deixar de ficar aqui sensibilizada pela declaração política do senhor Anacleto Batista, porque de facto eu também penso nisso muitas vezes e acho que é preciso mesmo recredibilizar a missão política e os atores políticos, oferecendo confiança, exemplo cívico, voluntarismo que é diferente de voluntariado mas também algum voluntariado, sabemos disso, menos ser de protagonismo pessoal e as ações a valerem por si, é isto que poderá, eventualmente, fazer os jovens aproximarem-se novamente da política, porque na verdade eles não estão distantes daquilo que é um anseio pela mudança, porque há inúmeras organizações não políticas e até empresas por esse mundo fora, chamados change makers ou fazedores da mudança, que põem as mãos ao trabalho porque acreditam numa sociedade mais justa, mais igualitária, mais consciente e, portanto, eles moldam-se às políticas e, na verdade, não querem estar envolvidos no processo político, querem fazer o trabalho e querem fazer pelos outros e portanto, a política perdeu claramente a paixão e, com isso, perdeu-se algum do carisma que a caracterizava e do sentido de missão das figuras em que acreditávamos, que nunca fizeram tudo bem mas que tinham esse mesmo, vou voltar a repetir, carisma, que reunia o consenso, a confiança dos eleitores, uma das portas, uma das soluções para este problema terá que passar pela entrada da juventude, porque as preocupações deles são as preocupações futuras, já não serão tanto as do Senhor Anacleto e eventualmente as minhas e, espero que os nossos filhos possam fazer parte dessa mudança, eu tudo faço pessoalmente na educação que lhes dou para que eles possam pensar assim.”-----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara dizendo “Eu começaria precisamente pelas palavras da Senhora deputada Joana Ramos, que vai ao encontro daquilo que foram as palavras do Senhor deputado Anacleto Batista, nós tomamos uma medida, proposta minha, em reunião de Câmara, que acredito que haja poucos municípios no país que a tenham tomado e passou completamente despercebida, porque às vezes nós não valorizamos as coisas pequenas e os pequenos gestos e esses, devíamos valorizá-los e volto dizer, tenho dúvidas se mais algum município do país tem uma medida como aquela que nós tomamos. Aquilo que dizia o Regimento até aqui que é, diz o Regimento de todas as Câmaras Municipais, é que há uma reunião do executivo em que o público pode intervir e

que essa intervenção tem que ser antecedida de inscrição prévia, dizendo qual é o assunto e, aquilo que nós fizemos, sob minha proposta aprovada por unanimidade numa das últimas reuniões do executivo, foi alterar este ponto do Regimento e, a partir de agora, qualquer munícipe que queira apresentar qualquer assunto, faça o favor de deixar as redes sociais, faça o favor de deixar o seu computador e, desloque-se à Câmara, porque em qualquer reunião, todas elas abertas ao público, todas elas o público pode intervir, sem que para isso haja necessidade de inscrição prévia ou seja, no dia anterior, ora, maior abertura do que esta, apelando à participação cívica dos nossos munícipes, eu desafio se nos últimos tempos encontraram alguma medida que tenha tão grande abertura e isto passou despercebido, andamos a perder tempo, a discutir outras coisas muito menos importantes e, talvez até não dignificantes para o nosso concelho, medidas como estas, importantes, que podem até servir de exemplo e poderem ser tomadas por outros municípios, foram passados ao lado, maior abertura que esta a partir desta altura foi uma proposta de alteração Regimento, qualquer Munícipe pode ir a qualquer reunião de Câmara, só tem, há um período como aqui estamos a fazer, como aqui, mas aqui já era prática há muitos anos e é assim nas Assembleias Municipais, todas as Assembleias Municipais são assim, agora as reuniões de Câmara não, há municípios que há uma só uma reunião de Câmara que é aberta ao público, a outra é fechada, ninguém sabe o que se passa lá dentro e há uma que é aberto ao público, as pessoas podem intervir inscrevendo-se de véspera até ao dia anterior e nós abolimos tudo isso, o munícipe, chega período após ordem do dia, período de intervenção do público e tem todo o direito de falar, esta medida para mim, de extrema importância, de abertura à participação cívica dos sardoalenses e claro, se conseguirmos dar resposta no momento daremos, se não conseguirmos será tomada indicação e o munícipe será esclarecido com a maior brevidade possível. Outra questão que se põe às vezes e apresenta muitas dúvidas, o horário das reuniões de Câmara, uma reunião de Câmara necessita de apoio técnico muitas vezes, que é dado na hora, às vezes nós precisávamos, olha há aqui uma dúvida então chama-se o chefe de divisão financeira, chama-se o chefe de divisão das obras, chama-se alguém recursos humanos, esta flexibilidade existe. Também recorde que nós já fizemos, em Regimento, não neste executivo mas no outro anterior, em que uma reunião por mês seria as seis da tarde, também não foi ninguém, por isso agora nós temos esta abertura, desafio a que encontrem outro Município com tão grande abertura à participação dos munícipes.

Sobre o que disse o Senhor deputado Joaquim António, muito bem, subscrevo, posso-lhe dizer já tínhamos falado também nesse assunto, o Senhor Presidente da Associação Comercial já tinha manifestado a sua preocupação ao Senhor Presidente da Câmara e nessa qualidade, que é muita, eu escrevi também uma carta ao senhor Presidente das Infraestruturas de Portugal, enviei um mail, alertando precisamente para os constrangimentos que tem para a nossa economia local e que tem, estes quatro, cinco ou seis meses vai dar um transtorno, aumento de custos aos nossos empresários, que têm que fazer um trajeto maior, aumento de custos aqueles que nos vêm fornecer e também algum abastecimento que possa ser feito no Sardoal e que seria feito quando, por exemplo, a passagem entre Alferrarede e Vila de Rei está a ser canalizado também para outras zonas. É claro que nós sabemos que esta obra é inadiável, é de uma extrema importância posso dizer que aquilo que sei, não é uma simples obra de embelezamento, é uma obra estrutural necessária e não há como fazer as coisas de outra forma, podemos melhorar, podemos até pedir que as coisas sejam céleres, já passaram 15 dias desde que destaparam as placas, também eu não sei se tem que ver aqui algum período entre um conhecimento do trânsito e início das obras, mas nós sabemos também que estas coisas das obras e com empresas que há muita coisa que às vezes nos passa, o que nos foi garantido é que hoje começava a obra mas até a meia-noite ainda pode começar.” -----

**1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;**

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que o documento “espelha bem aquilo que tem sido a nossa atividade entre reuniões da Assembleia Municipal até aqui, é claro que há aqui uns números que têm que ser bem compreendidos, é claro que há aqui um aumento da dívida, esse aumento da dívida tem a ver com os empréstimos que nós fizemos para a componente nacional, daquilo que são as obras comunitárias, sendo certo que alguns desses empréstimos podem ser à medida que se vão fazendo os autos de medição e os pagamentos são tirados do banco e depois amortizados, são resgatados não sei se é este o termo, mas o que acontece é que, por exemplo, da escola, que estava a atingir o período de carência de 2 anos nós tínhamos que o tirar todo, mesmo que ele não esteja a ser utilizado, mas tínhamos que o tirar e conta já como endividamento, de qualquer das formas é um endividamento perfeitamente controlado porque neste momento, também temos lá umas boas centenas de milhares de euros de pedidos de reembolso que ainda estão feitos, mas que alguns estão feitos, não são tantos milhares assim e já digo porquê, por exemplo a questão da escola,

fizemos uma reprogramação financeira em relação à obra da escola, fizemos o pedido de reprogramação financeira, porque numa a primeira fase, aquilo que era o pacto, a estratégia da Comunidade Intermunicipal, para as diferentes obras, nós incluímos na escola com prioritária, mas a verba que havia disponível não chegaria para a totalidade da obra, implicaria um esforço financeiro do município de mais cerca de 600000 €, entretanto nós tentamos e apelamos à CCDR, a CCDR foi sensível e houve um reforço de financiamento no pacto, que é o contrato chamemos-lhe assim e, que existe da Comunidade Intermunicipal e a CCDR, neste caso, CCDR-Centro, o órgão regional, e desse pacto resultou que vamos ter mais 600000 € para a construção da escola, por isso vale a pena, só que entretanto, está aprovado o pacto, nós fizemos o pedido de reprogramação e, o pedido de reprogramação financeira ainda não está aceite, mas vai ser aceite, o pedido que está na reprogramação da candidatura, só que, o que dizem os regulamentos comunitários, a partir do momento que há um pedido de reprogramação, todos os pedidos de pagamento param, todos os reembolsos param, pronto, isto são regras que existem, mas estamos perfeitamente confortáveis, o dinheiro aí virá está garantido e por isso não há nada a dizer.

Em relação à atividade, também espelha bem aquilo que tem sido a nossa, muito, muito grande atividade. Alguma dúvida estarei ao dispor dos senhores deputados para esclarecer.” -----

Interveio o Senhor deputado César Marques referindo “Tenho aqui três questões, a primeira sobre o que já falamos dos oficiais de segurança, queria só questionar se todas as freguesias têm oficiais de segurança se estamos salvaguardados em todo o concelho, a segunda é em termos da limpeza das faixas de gestão de combustível, se o trabalho está finalizado o ponto da situação geral e, também o ponto da situação sobre as obras no Parque Escolar.” -----

Interveio o Senhor deputado Rui Valente dizendo “Tem tido reuniões com a Valnor relativamente a vários assuntos com certeza, mas a questão que eu queria colocar é a seguinte, aqui há uns tempos atrás informou a Assembleia que a Valnor se tinha comprometido a colocar mais ecopontos e contentores no Município, gostaria de saber em que situação é que isso se encontra por favor.” -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente referindo “Foram colocados vários e, para Valhascos, foi mais um, julgo que num total de 15 ou 16 em todo o concelho, esta o Vice-presidente a dizer que foram 17 colocados de novo e um deles foi para Valhascos, em relação à Valnor, pois nós somos sócios da Valnor, fazemos parte da empresa e temos reuniões pelo menos nas assembleias gerais da empresa.”-

Continuou o Senhor deputado Rui Valente “Sobre esta questão, eu queria, como sabe, a população dos Valhascos está muito envelhecida tal como nas outras freguesias, mas na aldeia de baixo, ou seja, na parte mais a sul dos Valhascos, não tem um ecoponto, as pessoas para, muitas vezes colocam os seus utensílios nos contentores e, que não está correto e, com certeza que se colocassem os ecopontos resolveria talvez aquela situação percebe. Eu peço desculpa ao Senhor Presidente da Junta, não estou a ver a cara que está a fazer, eu estou a sobrepor-me e não é essa a minha intenção, é só a constatar factos que é, que é necessário colocar ecopontos lá na parte de baixo da Freguesia, porque senão os contentores que estão e que são dois estão cheios.” -----

Disse o Senhor Presidente “Senhor deputado, nós temos todo interesse em colocar mais contentores de resíduos sólidos domésticos diferenciados por uma razão muito simples, porque os resíduos sólidos domésticos diferenciados, colocados nos contentores diferenciados, nos ecopontos, nós não pagamos nada, mas se eles forem colocados no contentor normal, nós pagamos, por isso quanto mais for colocado no ecoponto, menos peso faz no contentor normal, é normal, mas isso tem regras, há um racional, faz parte dos regulamentos, só pode existir x por cada número de habitantes e a determinada distância, essa análise foi feita por eles, também alguma dificuldade em arranjar um sítio, um espaço para o colocar nos Valhascos. Isto às vezes também não podemos colocar em qualquer lado, nem toda a gente, as pessoas não permitem que seja posto no seu terreno, essa análise também foi feita, não é assim tão fácil arranjar um local que seja mais central para colocar, essa análise feita, agora o ideal seria realmente, como lhe disse, até por uma questão económica, que tivéssemos o maior número de ecopontos e que o lixo doméstico diferenciado, os resíduos sólidos domésticos referenciados fossem colocados no ecoponto, mas essa análise feita e não temos muita facilidade em faze-lo lá, de qualquer das formas foi mais um, mas percebo o que o Senhor está a dizer e a população idosa, as pessoas que têm tendência colocar e falta essa sem sensibilidade e depois, é mais fácil colocar no contentor à porta de casa do que ter que levar, também já vi pessoas que percorrem grandes distâncias com o seu carro à procura de um ecoponto que tenha capacidade, para que seja lá depositado as coisas, que às vezes também não acontece às vezes também não retiram como deviam e nós temos alertado para isso.

Em relação ao Senhor deputado César Marques, o senhor fez uma pergunta fácil, uma resposta difícil, em relação aos oficiais de segurança a única coisa que lhe vou responder, tendo em consideração aquilo que foram as nossas palavras no início e não vou dizer mais do que isto, tendo em consideração aquilo que é a nossa postura, que foi a nossa postura inicial e as palavras que eu disse no início, neste

momento, todos os lugares identificados como necessários têm oficiais segurança. Em relação à escola, as obras da escola estão a decorrer com toda a naturalidade. Em relação às faixas de gestão de combustível posso dizer que o trabalho não está concluído. Estamos neste momento, continuamos a trabalhar nesse sentido, mas temos o trabalho muito adiantado, o mesmo digo a relação à aldeia segura, tomara muitos municípios terem o trabalho dessa forma e assim foi, que o Sardoal serviu de exemplo ao governo por causa desse trabalho, não só no trabalho da aldeia segura, como nas faixas de gestão de combustível, na rede primária e na rede secundária, não é em vão que o Primeiro-Ministro, o Ministro da Agricultura, o Ministro da Administração Interna, o Secretário de Estado da Proteção Civil, o Secretário de Estado das Florestas, o Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil, o Presidente da AGIF, o Presidente da Câmara, os Presidentes de Junta se encontram todos no mesmo território, no concelho de Sardoal. É sinal que havia coisa para mostrar, o trabalho feito em articulação Câmara, Governo, Câmara, Proprietários e Proprietários, Governo temos um bom trabalho feito, se isso vai ser suficiente para o verão que se avizinha, pode não ser, mas não vai ser por falta de nós cumprirmos aquilo que são as regras e, aquilo que a lei diz, mas deixe-me dizer mais uma coisa que é também muito importante, temos isto em atenção, nós não acordamos em 2017, antes de 2017 nós já temos trabalho feito e esse trabalho pode ser visto por exemplo, no último boletim, fazemos essa referência inclusivamente, com os valores, no último boletim municipal e foi mostrado ao Senhor Primeiro-Ministro, inclusivamente já falei aqui várias vezes, nós tínhamos uma candidatura de cerca de 600000 € que vinha do PRODER, veio tudo aos trambolhões e transitou para o PDR 2020, aprovado 600000 € para fazermos aquilo que a lei 124 de 2006, a lei de defesa da floresta contra incêndios obrigava e não obtivemos financiamento e depois, caiu, porque depois foi necessário esse financiamento que era para a prevenção, foi necessário para cobrir os prejuízos de 17 de julho e o de outubro.” -----

## **2. CPCJ - Relatório Anual de Atividades 2018;**

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que disse “Mais do que o relatório, que são números com alguma frieza, é importante que saibamos que neste momento temos sete processos ativos o que é muito, o ideal seria zero, mas é um número com qual nós lidamos bem, já temos tido números muito superiores, quer dizer que a nossa Comissão tem tido um papel preventivo, um papel de proximidade, em que conseguimos muitas vezes resolver as coisas com o diálogo antes de haver realmente um processo de promoção e de proteção, de qualquer das formas alguma dúvida que os Senhores tenham

em relação a este relatório, é um relatório que não pode abrir muito aquilo que é a função da comissão, porque é óbvio, está dentro do sigilo, do sigilo de que a nós nos obriga, como profissionais.” -----  
Considerando a alínea j), do ponto 2, do artigo 18º (competência da Comissão Alargada) e do nro. 2, do art. 32º da Lei nro. 147/ 99 de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nro. 142/2015, de 8 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, tomou conhecimento do Relatório Anual de Atividades de 2018. -----

### **3. Regulamento de Funcionamento do Conselho Municipal de Segurança.**

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo “O regulamento do Conselho Municipal de Segurança é algo que a lei diz que nós temos de ter e daí termos conseguido agora. Foram reunidas agora as condições para termos o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança até por força de alguma mudança legislativa que facilita estes procedimentos, quer dizer que as fases são estas, há um conjunto de entidades que obrigatoriamente tem que estar presentes, pela lei, mas depois há um conjunto de outras entidades, de um grupo que a lei recomenda e que nós podemos optar por essas entidades fazerem parte do conselho ou não, não tenho aqui de cor mas acho que vou conseguir dizer, o que quer dizer o seguinte, é que há uma primeira reunião, nesta primeira reunião houve uma primeira reunião onde nós reunimos e que afinamos alguns procedimentos e houve uma tomada de posse, no dia da tomada de posse dos membros obrigatórios por lei, foi feito o projeto de regulamento que aqui está e, nesse projeto de regulamento, que submetemos a reunião de Câmara porque é a Reunião de Câmara que submete para aprovação da Assembleia, aquilo que a nós nos competia diferenciar era entidades no âmbito do desporto, da cultura, do associativismo, da ação social e, aquilo que a comissão do Conselho Municipal de Segurança propôs à Câmara, que por sua vez propõe à Assembleia foi que as duas IPSS's do nosso concelho passassem a fazer parte do Conselho, julgo que não estou a esquecer de mais nenhuma, tem a ver com os representantes das entidades económicas do nosso concelho que podia ser por exemplo a NERSANT ou a Associação Comercial e aquilo que, por unanimidade nós consideramos, foi que a seria Associação Comercial e Empresarial do nosso concelho, foi isso que foi redigido em Conselho Municipal de Segurança, foi proposto à Câmara Municipal que submete à aprovação dos senhores e se for assim, se aprovarem nos moldes que estão os restantes elementos que não os obrigatórios por lei, irão tomar posse brevemente, então o Conselho Municipal de Segurança estará a funcionar em pleno.” -----

Disse o Senhor Presidente da Assembleia “Faltou só para completar um representante da Comissão para a igualdade e não discriminação”-----

Considerando o Decreto-lei nro. 33/98, de 18 de julho, alterado pelo decreto-lei nro. 32/2019, de 4 de abril, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, aprovar o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, com dezanove (19) votos a favor. -----

Considerando o nro. 3 do artigo 92º da Lei nro. 169/ 99 de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nro. 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a proposta apresentada. -----

#### **4. Reforma do Sistema Eleitoral.**

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia referindo “Este assunto já se aflorou em diversas vezes, mas eu acho que este assunto nunca foi debatido segundo este prisma, já foi discutido em ambientes mais restritos e, tem como objetivo, trazer este assunto para a ordem do dia porque nós achamos que é muito importante para o interior, é muito importante para, de uma vez por todas, darmos início a um processo de remover esta assimetria que tem a ver, que está ligada à falta de densidade populacional que o interior tem, isto é uma pescadinha de rabo na boca, se não fizermos nada, por isso nós vamos cada vez mais, ficar menos representados. Eu acho que quando se quer iniciar uma coisa desse género tem que começar pela base, pela sede da democracia. Eu acho que a sede da democracia em Portugal é a Assembleia Municipal, mas quando falamos do todo nacional, Assembleia da República, é lá que estão os deputados que nos representam, que são eleitos pelos círculos dos distritos que é assim que estão organizados. A nossa Constituição é uma Constituição que vem de 76 antes de 76 inclusive, a constituição não, o Sistema eleitoral é feito antes da constituição de 76, é um sistema eleitoral que é feito com base do período revolucionário digamos, então nessa altura houve o ímpeto que foi dar o máximo de representatividade da assembleia e fazia todo sentido na altura, porque de facto, a força e ideológica era muito grande e fazia todo sentido, que na altura, várias pessoas entrassem ou vários grupos, vários partidos entrassem na Assembleia da República. E este sistema eleitoral proporcional foi feito dessa maneira e resultou muito bem, mas está fácil de ver que na altura nós estávamos um pouco mais espalhados pelo todo nacional não havia esta clivagem tão grande que há hoje entre o litoral e interior e de facto, esta situação tem vindo a agravar. Nós já tivemos 250 deputados na Assembleia da República, hoje em dia temos 230 e como os deputados, se tiveram a oportunidade de ver no mapa que vos enviei, hoje em dia nós temos distritos, a parte interior do nosso

país, começamos em Bragança com três deputados, a Guarda com quatro, Castelo Branco com quatro, Portalegre com dois deputados, estou aqui a tentar fazer um resumo do que é a moção. Queria só falar aqui daquilo que eu acho mais importante, no fundo, nós temos aqui a parte interior do país que está encostada a Espanha, com 19 deputados, falamos dos concelhos dos distritos de Bragança, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Beja e Évora, são 19 deputados, que vão ser 18 porque o distrito da Guarda vai perder um deputado para o Porto ou para Lisboa e isto é uma assimetria brutal. Nós somos representados, a parte interior eu estou aqui a excluir Santarém, se bem que Santarém fica aqui o Sardoal, fica aqui mesmo encostado à beira baixa, quando estamos à entrada do Pinhal Interior. Apesar de não ser, eu não foquei no nosso distrito, mas eu sinto no fundo, que faço parte do interior e acho que todos sentimos, Portanto o distrito de Braga tem por si só mais deputados que toda a faixa interior do nosso Portugal ou seja a nossa representação na Assembleia da República é diminuta, como é que nós vamos reverter esta assimetria de representatividade se não temos quem nos represente lá, com todas as agravantes que eu escrevi na moção, de que muitas vezes o cabeça de lista destes pequenos distritos é alguém que vem feito herói, isto nos dois grandes partidos normalmente vêm de Porto ou de Lisboa, figura nacional e depois nunca mais cá põem os pés, portanto, nós, dos poucos que temos, ainda perdemos mais um porque ele vai logo para lá e eu imagino que é, que será o trabalho dois estados do distrito de Portalegre que é só o sexto maior distrito do país em termos de área, com 15 concelhos, os desgraçados dos deputados que pensam, o que é que eles têm junto dos outros na Assembleia da República, para defender os interesses dos seus concelhos. Eu pergunto isso muitas vezes, o que é que será, que relação é que os Senhores Presidentes de Câmara dos 15 concelhos de Portalegre, o que é que eles conseguem transmitir aos seus dois deputados, o que é que esses dois deputados conseguem fazer para o distrito de Portalegre na Assembleia da República. São completamente engolidos por todos os lobis existentes no litoral e nas grandes cidades e, isto é uma coisa que eu em conversa com muitas pessoas e até com alguns deputados, por incrível que pareça, eu quando apresentei este mapa a alguns deputados, eles ficaram espantados, a ideia com que eu fiquei, eles é obvio que não me disseram, mas eu acho que eles olharam para isto e eles próprios perceberam que há aqui qualquer coisa que não está bem e que é muito difícil de resolver, porque a Constituição claramente não deixa, ou seja remover esta proporcionalidade, sem uma revisão constitucional é quase impossível, a questão da proporcionalidade vem escarrapachada na Constituição Portuguesa e é muito difícil mudar, é óbvio que a minha opinião era que a

proporcionalidade deve ser levada em linha de conta mas como é óbvio, o território também tem que ser levado em linha de conta, senão acontece o que está acontecer e nós estamos a ver tudo isto, o território, a ser abandonado, porque território não é representado, são representadas as pessoas que vivem no território, as pessoas são poucas, o território não é representado e isso, eu não sei como é que vamos travar. Isto é um paradigma que eu só vejo em Portugal por muito exercício que tenha feito, nós percebemos que Espanha tem a capital no interior, que tem Badajoz encostado a Portugal que é interior de Espanha, com uma pujança enorme, é uma cidade com um polo universitário enorme, com comércio enorme, está encostado a Elvas interior de Espanha, nós vemos várias cidades a competir com países em França, nós temos o exemplo da Holanda que tem secretarias de estado e ministérios espalhados por todas as grandes cidades e isso faz com que as coisas mexam, enfim temos um conjunto de exemplos nos países da Europa dita desenvolvida, que não encontro paralelo com o que se vive em Portugal, é uma situação muito típica em Portugal e que é muito difícil de explicar. Portanto é uma situação que eu acho, eu sinto-me na obrigação de tentar despoletar e já o tenho feito, junto primeiro dos amigos e agora achei que era uma boa oportunidade até porque estamos, vamos entrar numa altura de discussão de programas eleitorais nos partidos, vamos ter eleições legislativas, eu sei que isto é quase que utópico mas pode não ser nesta legislatura, mas eu tenho confiança que algo seja feito para que em legislaturas vindouras se possam fazer alterações, que levem a que algo seja feito, que alguns deputados que estão nas zonas urbanas em excesso possam ser, sei lá porque mecanismo, trazidos para o interior, existem mecanismos possíveis, eu lembro-me que existem vários sistemas eleitorais, mas há muito pouco tempo o Ribeiro e Castro propôs um sistema alemão, que é um sistema que tem em conta os círculos uninominais mas que por si só não vai resolver nada, na medida em que a proporcionalidade mantém-se, o que acontece é que os deputados que são eleitos pelo círculos uninominais mais pequenos, têm prioridade perante os outros, mas o número de deputados por cada distrito mantém-se na mesma portanto o problema não se resolve por aí, aquilo depois tem lá uma regra que pode haver um excedente em que um ou dois deputados das zonas mais urbanas possam reverter para algum distrito, mas não vai ter qualquer tipo de peso.

Mais recentemente, o presidente do PSD, Rui Rio, também falou da questão de dentro dos 230 deputados, passar a dar, todos os votos que eram brancos e eventualmente os nulos, passarem a contar como deputados ou seja esses deputados não terem lugar e em função, disso, se diminuir o número de deputados na Assembleia da República, também não vai resolver nada. Eu gostava

eventualmente, que esses deputados, que os votos que foram brancos, podiam na minha opinião, passar para o interior também, mas isto são ideias que parecem estapafúrdias, mas que no fundo o que eu gostava era que a partir desta Assembleia Municipal e com o contributo de todos vós se conseguisse começar a discutir isto noutros fóruns, nas Assembleias Intermunicipais, eventualmente noutros fóruns mais ligados a esta situação e, eventualmente, se os senhores deputados do partido aqui representado virem alguma vantagem, algum interesse nisso, levarem inclusive aos fóruns dos seus partidos, porque a verdade é que se nós não fizermos nada a este nível, eu tenho muitas dúvidas que a descentralização ou que a regionalização, ou que a passagem de um ao outro Ministério residual ou Secretaria de Estado como é o caso agora da Secretaria de Estado que foi para Idanha a Nova, que seja suficiente para resolver esta assimetria que é brutal e que vai a pouco e pouco asfixiando o interior que nós todos gostamos e que nós decidimos que era o local onde nós vamos viver. Eu acho que hoje em dia nós pensamos nisto, dificilmente nós, eu tenho três filhos, tenho alguma dificuldade a imaginar os meus filhos a conseguirem viver aqui isso para mim é um pesadelo, porque é triste, porque se os meus filhos não podem viver aqui, que dificilmente vão ter possibilidade de viver aqui e quiçá até em Portugal, vamos ver, quer dizer que o sítio onde eu gosto de viver pode eventualmente não ter o futuro que eu gostava que tivesse a 30, a 50, a 80, a 100 anos se as coisas continuarem como estão, eu pergunto-me o que é que será Aldeia da Saramago daqui a 50 anos, daqui a 70 anos. Se a gente fizesse um raciocínio a 30, a 40, e 50 anos o que é que será da Saramaga, o que é que será de todas as nossas aldeias por aí espalhadas, vão ser um eucaliptal provavelmente ou silvado e nós temos que reverter isto de uma maneira. A primeira forma que eu vejo de reverter isto é pôr alguém a dizer o que eu estou aqui a dizer, na Assembleia da República porque é o sítio onde as leis são feitas, onde a legislação é feita, a legislação que vai de facto definir o que é o futuro do Sardoal, o futuro de Portugal. No fundo e para terminar, esta moção tem como objetivo, reavivar o debate sobre este assunto que tanto nos diz respeito, procurando em outras Assembleias Municipais, Intermunicipais como disse, bem como em fóruns de debate político, difundir esta perceção do problema e em angariar apoios para que a Assembleia da República legisle e altere este paradigma, que despreza o interior do país e, por consequência, prejudica o desenvolvimento de Portugal.” -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia referindo “Algumas ideias que ocorrem, que podem até eventualmente não saírem com o encadeamento correto, mas não deixam de ser aquilo que me ocorre sobre este assunto e, antes de chegar às ideias, dizer só que não tenho nada contra as pessoas

autoras, digamos assim, ou autores da desta moção, mas gostava que tivesse vindo com o nome dos autores, teria sido simpático e valorizava as pessoas que de facto se debruçaram sobre esta moção, não interessa se tem duas páginas 50 páginas ou 1.500, como um trabalho que nós vimos na Assembleia Intermunicipal, mas isso é só um aparte, não tem nada nem positivo nem negativo, para quem fez esse trabalho. Sobre esta questão propriamente dita é verdade que é um assunto daquilo que eu conheço, que decorre exatamente da Constituição da República e da designação da proporcionalidade e eu acho que, é aqui neste termo, que está o problema e pode estar a solução, ainda assim muito do problema e, vou começar por aí, muito problema, decorre de questões internas, lóbis internos, dentro dos partidos, do meu, dos outros todos, porque aquilo que eu vejo, aquilo que, quando se começam a preparar umas eleições, principalmente as legislativas e, também ocorre com as europeias, que acompanha a vida interna do partido neste momento pré-eleitorais, na composição de listas, aquilo que acontece sempre é uma guerra de guerrilhas entre fações internas dentro do partido, e porque no último congresso venceu o senhor A, que tem uma equipa por trás e venceu o senhor B, que perdeu isto, funciona isto, é notório e, a imprensa demonstra isso e, por outro lado, há também digamos, um contacto de espingardas para ir à guerra e todos os partidos querem pôr, quanto mais deputados e, como é que se explica ao Senhor deputado B, que por força das próprias forças internas ele está abaixo do número 100 e provavelmente não vai ser eleito, ou vai ser colocado numa posição que provavelmente não vai ser eleito portanto, há uma questão interna dos partidos mesmo que seja assumido publicamente pelas direções dos partidos e eu aqui, acho que são todos, porque os partidos mais novos e mais recentes, não os vejo com uma forma de fazer muito diferente, portanto isto, acho que isto começa exatamente por aí. Por outro lado e com base no concelho que temos hoje, de proporcionalidade, eu por acaso tenho pena de ter ficado sem bateria no computador, porque podia ser interessante até de projetar, eu hoje como estive mais tempo Sardoal tive um bocadinho de tempo e consegui fazer um mapa, um cálculo digamos assim, uma pequena tabela com uma comparação com a atribuição de mandados por círculos distritais, vamos chamar assim, baseado no numero de eleitores e baseado na população e, a população como é obvio de 2011, que foi os últimos censos, mas aquilo que eu verifiquei é que tendencialmente, se mudássemos, por exemplo, o critério de proporção, a variável de base, mas se mudássemos o número de eleitores, para a população residente, as zonas do interior ainda iriam perder mais deputados e as zonas do litoral, nomeadamente Lisboa e Porto iam ganhar, no caso de Lisboa, mais 3 deputados, no distrito de Lisboa, mais três deputados isso para dizer que,

concluir que, aquilo que porventura pode ser necessário, é fazer uma reflexão do que é que entendemos por proporcionalidade e que variáveis integramos lá dentro, porque com uma só variável e nomeadamente quer seja de eleitores quer seja população residente, o destino vai ser o mesmo, porque infelizmente o país que temos está a ficar com uma população cada vez mais envelhecida e portanto é o que é, portanto a única solução, passa por integrar outras variáveis e não nos fixarmos só numa, poderá ser a área, poderá ser um limiar mínimo de deputados por cada círculo eleitoral e, depois os restantes são distribuídos pelo método de hondt, eventualmente, mas eu acho que terá de passar sempre, por definir um conjunto de critérios que permita ajustar isto um pouco, mas sabendo que depois vamos ter eventualmente as pessoas do distrito de Braga a dizer que efetivamente não, nós somos de facto mais população, mais eleitores que os distritos todos do interior, e portanto somos mais, queremos ser representados na nossa proporção, isto é uma discussão que vai andar sempre aqui como rabo de pescada e pronto.

Queria também dizer o seguinte, muitas vezes e ouvimos muito isto na rua, quando se fala na Assembleia da República, quando se fala de impostos e, quando se fala na despesa do estado, muitas vezes se fala que, para dar o exemplo, o estado devia reduzir o número de deputados, é uma ideia como outra qualquer, aquilo que eu estive a simular é que quanto mais deputados reduzimos na Assembleia da República, menor representatividade terão as zonas com menor densidade populacional portanto, temos de ter consciência que no dia que formos chamados a votar, seja de que forma for para que inclua uma redução de deputados, estamos a votar para a nossa representação, isto é matemática pura, não há muito muito por onde enganar é uma constatação que eu de facto há pouco fiz, tenho pena porque podia ser muito mais interessante mas poderei enviar o Ficheiro Excel depois o Presidente faz o favor de partilhar por todos os deputados e por quem entender e pode juntar esta base porque não tem problema nenhum. -----

Badajoz tem 150000 habitantes portanto sem população não contamos, é um pouco por aí.”-----  
Intervio a Senhora deputada Joana Ramos que disse “É só para corroborar o que o Presidente da Assembleia disse, que eu também acabei por me envolver neste projeto e acredito nele, aqui o mais importante é que estamos a fazer aqui hoje, é criar a consciencialização para que esta ideia comece a ganhar terreno e comece a ser discutida, porque não há evolução nenhuma, nem progresso, nem nada, se não se começar a refletir sobre isso a sério e pronto, agrada-me também que o Partido Socialista tenha compreendido isto, nesta oposição, como alguém que devemos unir esforços, acho que é muito

importante também, fico contente por isso. Só reforçar que também, não sei qual é que é a expressão matemática que nos vai trazer esta proporcionalidade, este equilíbrio, mas temos que fazer valer de alguma maneira a ideia de que o potencial também passa pela área e pelo território e isso deve estar em igualdade de circunstâncias com os eleitores, que é aquilo que quebra o equilíbrio dos partidos políticos e as máquinas políticas vivem à volta disso e portanto, uma das nossas motivações é essa, é que o território seja visto como uma mais-valia na instalação de pessoas e de empresas, porque os custos aqui de facto são tendencialmente menores e na verdade nós ainda não exploramos muito bem esta situação junto de grandes e pequenas e médias empresas, para as quais se calhar é um pouco indiferente estar em Lisboa, na periferia de Lisboa, estar aqui, se calhar as pessoas ainda pensam nisso porque estão lá estão e pronto e esse é o seu dia-a-dia, mas claro que há muitos problemas de deslocalização como é evidente, com os trabalhadores e tudo mas isso, já é uma segunda fase. A questão da agricultura também é uma questão pela qual devemos puxar um pouco mais, somos um território pequeno fértil não é, pelo menos fomos durante muitos anos e portanto, essa questão também é uma mais-valia que aqui temos e, é potencial não sei, acho que não referiu a questão, daquela ideia que também adotou o dr. Ribeiro e Castro, não só das máquinas políticas darem a sua cor às eleições, mas também criarem uma lista de pessoas em que seria possível votar não só nos partidos, mas também em pessoas específicas não sei, isso foi outra ideia que surgiu o que eu acho que é muito importante lembrar.” -----

Disse o Senhor Presidente da Assembleia “Que é uma outra forma dentro dos círculos uninominais, as pessoas poderem escolher e tem a ver com a lista, aparecer por lista ou aparecer personalizada. Existem vários exemplos, em vários países, que é, uma coisa é votar-se exatamente na pessoa que se quer, porque num círculo uninominal, o que acontece é que cada partido apresenta o seu representante, ou seja, segundo o sistema alemão é assim que funciona o que falámos com o dr. Ribeiro e Costa. Estou a responder ao Senhor Anacleto Batista, imaginemos que havia aqui um círculo uninominal que abrangia Abrantes, Constância, Entroncamento, Mação, cada partido apresentava o seu representante para este círculo uninominal e só um ganhava e esse, depois, ia entrar no bolo do que era o resultado do círculo uninominal, teria sempre prioridade sobre os outros do círculo plurinominal, era assim que funcionava, ou seja, havia uma maior aproximação dos eleitos aos eleitores, na medida em que dentro deste círculo nós tínhamos votado em determinada pessoa, seja um partido qualquer e tinha ganho e nós tínhamos votado em determinada pessoa, seja ela PS ou PSD

ou outro partido qualquer, esse tinha ganho, e nós sabíamos que esse ia ter prioridade sobre os outros todos da lista desse partido nos círculos plurinominais esse de certeza que ia entrar, daí a vantagem dos uninominais, nós votamos na pessoa.”-----

Referiu a Senhora deputada Joana Ramos “Sim isso também pode trazer alguma mudança de resultados em termos de, até, de abstenção das pessoas, querem identificar-se com pessoas, às vezes não querem só identificar-se com partidos pronto e querer concluir com umas palavras que é, o litoral está literalmente, não litoralmente, de costas voltadas para o interior tal como os deputados que são maioritariamente da província, como sabemos, estão desenraizados e dormindo apenas descansados, na presunção de que ter a agenda e os fundos para o interior nas mãos, os lavam das responsabilidades e depois, vou um pouco mais longe, um pouco irônica até mas eu acho que estas coisas têm que ser ditas, não nos chega ter só um museuzinho do tear, ou a associação pequena, de cultura popular e até nós, aqui no Sardoal, até vamos mais longe do que isso, não nos chega ter uma massa crítica do capital intelectual, que temos no interior, porque somos poucos e, temos o atrevimento de querer atrair pessoas, imagine-se, termos a audácia de desejar que os jovens venham conhecer o interior, para que prolonguem as raízes que alguém deixou pelo caminho pensando que não valia a pena olhar para trás e até alguns de nós já vivemos em Lisboa e gostamos de ir, mas não queremos ficar, queremos voltar para lá do sol-posto como se costuma dizer, onde os senhores deputados alguns afixam que moram e onde a província lhes serve os objetivos e eu acho que isto é importante também dizer-se.”-----

Tomou a palavra o Senhor deputado Rui Valente dizendo “ Este assunto preocupa-me, não só estes dois deputados de Portalegre, os quatro da Guarda, preocupa-me que estes deputados que estão a representar estes distritos não saibam nada sobre o distrito. Eu gostava de contar aqui uma passagem que se passou comigo há uns anos atrás, ainda não tinha residência aqui no concelho, mas se me permite, eu estava num jantar tertuliano há uns anos atrás e uma pessoa que estava ao meu lado dizia, olha eu vou ser cabeça de lista no distrito de Santarém e alguém perguntou, mas sabes quantos concelhos é que tem o distrito de Santarém, não sei mas isso também não interessa.” -----

Referiu o Senhor Presidente da Assembleia “Sim lá está, é a tal situação que nós temos muitas pessoas dessas, que nos representam e que não têm o mínimo de pudor de quanto lhes interessa falar do distrito que representam, quando no cotidiano o distrito que representam não lhes é minimamente importante, isso tem de alguma forma agravado esta situação e, esta situação, quanto a mim está a

chegar a um ponto quase de não retorno e daí eu achar esse assunto importante, é que a mesma situação de não retorno porque nós temos já hoje em dia, áreas do interior de Portugal que eu não sei como é que alguém vai pegar naquilo, na verdade estão áridas. Eu, no Expresso desta semana, só aqui fazer este apontamento, vi uma reportagem sobre o aeroporto de Beja e sobre a possibilidade, uns jornalistas que se deram ao trabalho de perceber a história dos aeroportos, onde é que vai onde é que fica. Temos um grande aeroporto, se calhar o maior aeroporto de Portugal, em Beja, construído, pronto a trabalhar, Beja fica a 150 km de Lisboa de carro, sendo que o que falta para ligar a A2 a Beja, são 40 km de autoestrada, o que existe é o IP 8 e é uma estrada miserável, portanto o investimento que se fazia era Ligar 40km de autoestrada e os quilómetros que já fizeram de autoestrada em Portugal para coisa nenhuma, portanto o investimento era ligar a A2 a Beja e nós tínhamos o problema dos 150 km de carro resolvidos e, eu lembro que boa parte dos aeroportos low cost das grandes capitais da Europa estão a 120 a 150 km, estão sempre longe, é assim as low cost, é para lá que vão, há ali uma descentralização. Beja tem o aeroporto pronto depois tem a situação da ferrovia que hoje é super importante e que não se imagina um aeroporto sem ferrovia, nós de facto temos a ligação a Évora já feita com intercity relativamente rápido, demora uma hora, mas depois temos uma locomotora podre, a gasóleo para ligar os 40 quilómetros de Beja a Évora, aquilo é decrépito, avaria, o investimento seria tão grande assim, ligar, fazer mais meia-hora de comboio intercity para Beja, agora, que raio de interior é este, que representatividade esta, que não há ninguém se que se levante por Beja para resolver este problema, estamos nós aqui a pensar em gastar milhões e milhões de euros sabe-se lá aonde, em Alcochete ou no Montijo ou em Tancos, em tantos sítios, quando temos um aeroporto, o impacto económico que era meter um aeroporto em Beja para aquela zona toda, para o Alqueva, para o turismo do Alqueva, o impacto que era a dinamização do distrito de Beja, que ainda por cima fica relativamente perto do Algarve, a pessoa tanto podia vir a Lisboa ou ir ao Algarve, que coisa, será que só eu é que registo, só os jornalistas do expresso é que viram isto e pensaram nessa hipótese não seria aqui uma via possível?!. Agora o que é que acontece, não há votos, não há representatividade em Beja, mas há muita representatividade em Setúbal o problema é esse, representatividade, quem nos representa está em Setúbal, em Beja são três, coitados e isto é grave, isto vai atrasar Portugal, vai tornar Portugal assimétrico e vai-nos levar de facto, a um ponto sem retorno. O que é que podemos fazer por isso? é a lutar, é a entrar nestas utopias e tentar que alguém perceba que as coisas são simples.” -----

Tomou a palavra o Senhor Anacleto Batista referindo “Tive aquilo que se pode considerar talvez, uma honra, fazer parte da primeira comissão de revisão constitucional, estavam homens a maioria deles já cá não está nesta vida, mas o presidente da comissão europeia era o dr. Américo Sá, que era do Porto e que não permitia que nós chegássemos um minuto atrasados, quem chegava um minuto atrasado era obrigado a ir embora não fazia parte, e lembro-me sobre esta questão dos círculos uninominais e de forma como efetivamente eles foram apreciados na altura, que ninguém aprovou, nenhum partido aprovou, mas o professor Vital Moreira teceu esta consideração, quando foi no vosso final precisamente daquele artigo que era para ficar na constituição e não ficou, sobre os círculos uninominais, quem tem medo de alguém que não vai indigitado por um partido, ao contrário daquilo que o Senhor Presidente está a dizer, na revisão constitucional aquilo que se propunha, para os círculos uninominais era por exemplo, aqui a Joana candidatava-se, não tinha por trás dela, tinha um grupo de cidadãos que com ela faziam e que lutavam para que ela fosse eleita para ir representar o Sardoal e esta era a visão que efetivamente era defendida e é defendida por Vital Moreira, que era um professor e trabalhou na campanha do dr. Almeida Santos, que fazia parte também da comissão além de outras sumidades, eu era quase um zero porque limitava-me a ser relator das conclusões, mas fui convidado a fazer parte da comissão, obviamente que senti no pêlo fortemente porque em pleno mês de agosto estar naquela Assembleia da República que não era como hoje, não tinha ar-condicionado não tinha coisíssima nenhuma não tinha condições e nós estivemos lá até ao dia 20 de agosto para aprovar a revisão constitucional.

Eu lembro perfeitamente bem e tenho, possivelmente ainda lá tenho em casa algumas coisas guardadas dessa comissão, onde o Vital Moreira defende precisamente este princípio, os deputados dos círculos uninominais não têm que ser, nem minimamente apoiados nem eleitos, por partido absolutamente nenhum, o partido deles é o povo e reparem que o Vital Moreira era membro eleito do Partido Comunista Português e não tinha papas na língua quando era para defender as coisas e, aprendi muito com ele, aprendi devo dizer, muito sinceramente, apesar da ideologia, nunca nos demos mal antes pelo contrário e ele punha precisamente, no dia que continuarem com os círculos uninominais a dependerem dos partidos, não há independência nenhuma e eu chego à conclusão que obviamente não vamos resolver absolutamente nada, arranjem-lhe a forma que quiserem. Estava aqui a precisamente a comentar, Beja tem 3 mas já teve só 2 e aliás era um do Partido Socialista e um do Partido Social democrata, isto em 1981, o problema que se põe é precisamente neste aspeto, se não

for dada representatividade ao povo para livremente se expressar, acontece precisamente aquilo que está a acontecer, cada vez o povo desinteressa muito mais da vida política e dos políticos porque diz que são todos a mesma coisa, e se eu me apresentar como político, é igual aos outros, resposta é sempre esta porque se perdeu a credibilidade fundamentalmente entre este aspeto, se não fazes aquilo que partido manda, és corrido.

O Deputado Adérito falou bem e concretamente isto é em todos os partidos, não é só no partido socialista, no partido comunista, no PSD, é tudo independentemente disso, estamos numa proliferação de partidos pequenos partidos, que obviamente não representam praticamente nada mas que vêm tirar um deputado e que tiram um lugar, talvez a alguém que com maior competência lá estivesse a defender, aquilo que é os interesses reais da população, daí aquilo que eu disse há bocado, não tinha ainda tido tempo confesso Senhor Presidente não tinha tido tempo para estudar este documento, mas aquilo que eu dizia há bocado, o desinteresse que se está a verificar é as pessoas, e eu tenho procurado contactar com pessoas com quem contatei há 40 anos atrás nas sessões de esclarecimento e, tento falar com as pessoas e as pessoas dizem logo não, antes a gente ainda dialogava, agora não vem cá ninguém e a não irmos ao lugares, a não acompanharmos as pessoas, a não ir beber um copo à tasca, eu tenho essa experiência, eu não bebia mas fingia que beber um copo na tasca com outro, porque o homem queria que eu fosse à tasca, era assim e era assim que ele considerava que nós representávamos o povo. Eu fiz campanha no Concelho de Sardoal, concelho de Mação, nestes concelhos aqui todos à volta e aquilo que eu encontrava sempre era as pessoas queriam o contacto direto com alguém que conheciam, o que é que nós hoje vemos nos novos partidos, aquilo já foi dito, o cabeça-de-lista é o zé-ninguém que vem lá não sei onde mas que é amigo do presidente do partido portanto é, a princípio posto à cabeça, quando obviamente eu ainda hoje continuo a defender embora já não tenha voz tão ativa como tinha, mas continuo a defender o mesmo ponto de vista enquanto efetivamente as pessoas não conhecerem a realidade dos seus locais onde vivem, designadamente dos seus distritos, dos seus concelhos de suas aldeias nós nunca vamos ter absolutamente representação nenhuma na Assembleia da República e ela continuará a ser precisamente depreciada está a ser mal entendida mal interpretada.” -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo “Eu acompanho esta visão romântica e o dizer romântico não é absolutamente nada depreciativo mas acrescentava aqui mais algum romantismo a esta esta visão, é que nós temos que fazer tudo isto pela positiva e, aquilo que eu tenho tentado

combater é a visão que nós damos do interior, vou repetir, eventualmente eu falo nisto tanta vez, em tantos lugares, enquanto nós andarmos a vender o interior, vender entre aspas, o interior como um território deprimido ninguém compra o território deprimido e o interior não é um território deprimido. Há uma frase que vocês conhecem, interioridade não é sinônimo de inferioridade é verdade, eu costumo dizer também que nós temos um interior tão bom tão bom que até fica perto do mar, se nós dissermos em certas capitais da Europa, que que nós estamos no interior eles pensam para cima de centenas de quilômetros, ninguém a pensar a 70 ou 80 km como certos países do mundo, mas nós continuamos a dizer que estamos no interior quando estamos a 80 km do mar sofremos interioridade de fenômenos de interioridade, é verdade. Eu costumo dizer outra coisa, que é, já o escrevi até no boletim municipal e, às vezes para os meus colegas digo, não, o Sardoal tem aeroporto e começa tudo a pensar, coitado já foi. Se nós pensarmos que o aeroporto Humberto Delgado fica à mesma distância do Sardoal, tempo, que fica o aeroporto Charles de Gaulle, Paris, então, temos ou não temos aeroporto, nós fizemos acessibilidades, fizemos estradas diminuimos o tempo das distâncias, mas continuamos a pensar nos mesmos 170 km e os 170 quilômetros, há 30 anos atrás 150, 160, há 30 anos atrás, 150 km representava quatro horas, hoje os 150 km representam hora e meia. A mesma distância do aeroporto Charles de Gaulle a Paris a mesma distância do aeroporto Humberto Delgado, em determinadas alturas do dia a Cascais, mas nós continuamos com este discurso deprimido dizendo que estamos no território, coitadinhos, estamos no interior, não. Nós hoje temos um interior que tem os mesmos equipamentos como este, como escolas, como centros saúde, como hospitais que têm o litoral, então se nós temos os mesmos equipamentos, nós temos as mesmas infraestruturas, nós temos outra coisa, que eu já lá vou, então continuamos a dizer que são os coitadinhos?!, nós somos muito melhores, temos muito mais vantagem do que toda aquela gente que vive no litoral, porque há uma coisa que nós temos que eles não têm, chama-se qualidade de vida e tempo, nós temos tempo. Já alguém viu, já viram alguém vender o interior como um sítio onde há tempo, nós saímos do trabalho, passado 5 minutos estamos com os nossos filhos na natação, estamos os nossos filhos na patinagem, estamos com os nossos filhos no balé, estamos com os nossos filhos no futebol. Quanto tempo isto demora nos grandes centros?! É com este discurso que nós temos que atrair gente para o interior e há projetos e, muito bons, que ao longo dos anos têm dado resultados, por exemplo, a questão da falta de médicos, há uns anos, todos estes médicos que se reformaram há pouco tempo, foram médicos que vieram para um projeto chamado médicos à periferia, foi gente que não conhecia o interior, veio para o interior e pensou

assim, ora aqui está um bom espaço para constituir família nem todos beberam no Chafariz das Três Bicas, nem todos e, alguns ficaram por outras razões, mas ficaram porque passaram a conhecer o interior, estou a falar há 30 anos atrás, vou dar outro exemplo, estágios Pepal, nós temos uma família no Sardoal que veio do norte por aí abaixo, candidatou-se a um estágio Pepal, veio parar ao Sardoal, não conhecia nada nem ninguém, constituiu cá família já tem filhos, já comprou casa e vai ficar cá a fazer a sua vida. Outra questão, eu já disse ao Secretário de Estado da Valorização do Interior, nós precisamos de medidas, nós precisamos de muita conversa e aquilo que se tem feito ao longo destes anos foi, comissões, comissões, comissões, produzem documentos, documentos, documentos, alguns deles ninguém lê, mas passamos ali com a nossa consciência tranquila pronto fizemos qualquer coisa pelo nosso interiorzinho, não. Vou dar um exemplo, falámos de Badajoz, centro de Badajoz perdemos uma oportunidade incrível quando o polo universitário da nova Business School, que é uma escola pública, uma escola do estado, que passou de Campolide para Carcavelos, pergunto, não podia ter vindo para a Tojeira, não podia ter vindo para Mação, não podia ter vindo para São Miguel do Rio Torto, não podia ter vindo para Vila de Rei, é que depois de termos o conhecimento, as grandes empresas criam, aparecem em torno do conhecimento é isto que acontece nas grandes cidades da Europa, é ali que está o conhecimento, é ali que há o desenvolvimento, mas nós não fazemos isso, nós fomos e instalar os campo universitários numa universidade do estado em Carcavelos, quais navegadores com vista para o mar, nós precisamos de navegadores com vista para o interior, agora uma coisa é certa, os deputados ajudam muito e ajuda muito termos lá vozes que pensem assim, mas também temos tido governos que têm responsabilidades nesta matéria e, pouco ou nada tem feito, e os executivos é que tem que fazer, agora, o que é que os nossos governos dos últimos 50 anos estou a dizer 50 anos de propósito, porque já o Marcelo Caetano nas suas conversas em família falava nisto, que se nada fosse feito, o interior daqui umas décadas seria um completo deserto e todos nós assobiamos para o lado, políticos, todos os políticos os mesmos. Isto é quase como os incêndios, vemos os mesmos na televisão, andamos há décadas a dizer as mesmas coisas, a dizer que são muito amigos do interior e depois aquilo tudo espremido o que é que resultou?, zero. O interior cada dia continua e cada vez pior, agora, eu só apelava, era juntar uma visão romântica à vossa visão, que também tem alguma coisa de romantismo, o interior é bom, nós temos uma coisa que ninguém tem, a não ser o interior, tempo, e o tempo é cada vez mais precioso e, nós temos que valorizar aquilo que de bom temos no interior. O interior não é só uma zona onde há incêndios, o interior não é só uma zona onde há falta de médicos

Porque o litoral também tem falta de médicos, o interior não é só uma zona com dificuldade de acesso à justiça, os grandes centros também tem dificuldade de acesso à justiça, agora não podemos é ter o pai do satélite português, o professor Carvalho Rodrigues, que que resolveu voltar à terra, é um cientista de nome mundial, voltou a sua aldeia, Eh pá tenho aqui uma casa gira isto é muito bom, não tenho internet, então e agora, estas situações é que não podem acontecer.”-----

Intervio o Senhor deputado Francisco António referindo “Eu tive a oportunidade de ler o documento todo, já li outros, também de jornalistas que também vêm atrás, também neste sentido, mas na minha opinião penso que já foi dito, que tudo vai passar pela revisão da Constituição, enquanto isso não for feito, vai continuar assim e o que é que acontece, em 1976 quando ela foi revista pela última vez e, que foram abolidas as províncias, por isso acabaram, deixou de haver Ribatejo, deixou de haver Beira Baixa, essas coisas por aí, os dois grandes partidos, de então para cá, pouco ou nada se têm preocupado com o facto de rever essa mesma Constituição, porque como disse o deputado Adérito Garcia e muito bem, eles são de facto os principais interessados em que as coisas se mantenham assim, porque continuam e, enquanto assim for, enquanto não houver mudança na constituição, são eles sempre que dominam, haja muita abstenção, haja pouca, haja aquilo que houver, mas o barco do poder vai ser sempre este, quer se queira, quer não, pode haver 20 partidos, pode haver 30 ou 40, mas enquanto a mentalidade das pessoas continuar a ser a que tem sido até agora, pelos vistos ainda vai durar, os dois grandes partidos do barco do vão-se manter para a eternidade. Então o que é que havia aqui a fazer, em minha opinião, começar pelas comunidades intermunicipais, é uma coisa nova não é uma coisa muito antiga o que é que acontecia nas comunidades intermunicipais, que são mais que os distritos, uma obrigatoriedade a nível Constituição que cada comunidade intermunicipal tivesse na Assembleia da República x de representação a nível de população, mas também a nível de extensão, ou seja, da zona democrática, que entrasse em consideração a população que tem, mas também toda aquela zona que há para rever o que é zona que está desabitada e isso obrigaria a quê, que a zona por exemplo do oeste e mais não sei quantos, que têm muitos concelhos elegeriam de facto um x de deputados mas do Médio Tejo por exemplo da beira baixa, outra qualquer também teria os seus deputados e teriam que ser, obrigatório e por lei na constituição, tinham que ser gente diretamente ligadas a essa mesma comunidade, ponto um. Ponto dois, seriam exatamente os presidentes das distritais dos respetivos partidos em minha opinião, os presidentes das distritais dos partidos, sejam eles quais forem, deviam ser sempre os cabeça de lista desses partidos nesse distrito, sempre por

obrigatoriedade porque se estão lá ligados, os presidentes das comissões políticas distritais dos partidos, estão nos distritos e se estão nos distritos, eles deviam exatamente encabeçar sempre as listas dos distritos independentemente, de quem viesse a seguir. Os grandes culpados de facto, desta situação se manter, não haver revisão da Constituição de continuar olhar só para aquele lado são os grandes lobis que existem nos dois grandes partidos do barco do poder, isto é a questão principal enquanto houver, se olhar para dentro os partidos pensarem, conforme têm pensado até aqui um e outro, porque os outros podem fazer força de um lado para o outro mas não vão lá enquanto não pensarem assim, agora vamos unir-nos e vamos rever Constituição porque tem que ser pois não há outra hipótese, vamos rever a constituição e vamos fazer assim em vez de Lisboa ter 50 deputados, comunidade intermunicipal Lisboa tem 40 e vamos dar mais 5 à beira baixa vamos dar mais 4 ou mais 10 e por aí, mas por lei portanto, institucionalizado, que esses mesmos deputados estivessem ligados e tivessem lá nas respetivas comunidades, porque quem é que está nas comunidades intermunicipais, são os presidentes das Câmaras Municipais dessas comunidades, logo entendo eu, dentro dessa gente haverá, há seguramente, gente com muita capacidade para fazer parte, para estar com um assento na Assembleia da República tão bem ou melhor que aqueles que que lá estão, porque muita gente que está na Assembleia da República hoje em dia tem muito menos capacidade política que os presidentes de câmaras que estão por aí e daí, havendo essa autoridade de facto, de cada comunidade intermunicipal ter que ter rigorosamente na Assembleia da República um número de deputados e que os presidentes das distritais dos partidos fossem obrigatoriamente os cabeça-de-lista nos distritos. Eu penso que as coisas eram capazes de melhorar um bocadinho.”-----

Intervio a Senhora deputada Joana Ramos referindo “Só para corroborar também as palavras do Presidente da Câmara e dizer que também é preciso remover algum preconceito, que é um preconceito provinciano de que não há sofisticação no interior e, só há sofisticação nas grandes urbes e na grande urbanidade, porque é algo, como referiu não existe noutros países, uma cidade universitária de interior que não é a capital não é vista como não sofisticada, não é, e aqui é muito e nós somos tão pequeninos, portanto isto também passa obviamente por muitos eixos e também da mentalização das pessoas é o que eu acho.”-----

Intervio o Senhor Presidente da Assembleia referindo “Hoje, uma notícia que eu há pouco vinha a ver, que tinha a ver com, vão ser criadas ao nível das universidades um outro sistema que é semelhante ao Erasmos, mas que no fundo é um pouco mais, tem uma maior amplitude ou seja, em vez da partilha só

de alunos entre universidades a partilha vai ser feita inclusive de funcionários e até de professores, no fundo é para haver na Europa, de se tentar fazer uma ligação entre as universidades, valoriza-las quer ao nível dos alunos dos funcionários e dos próprios professores, isto faz-se na América há muito tempo e faz-se também na Ásia já há muito tempo, essa ligação institucional e patrocinada, porque existe um valor para isso, 3 universidades escolhidas para fazer isso em Portugal adivinhem, Porto Aveiro e Lisboa, as outras, tinha de começar por algum lado mas começa sempre pelo mesmo lado o que é uma chatice.”-----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia para dizer “ Era só para dar uma achega à reflexão do Senhor deputado Francisco António portanto, ele teve de se ausentar, mas era só para dar aqui este achega e para percebermos um pouco como é que tudo isto está a funcionar, eu e a Senhora deputada Joana Ramos estamos agora os dois na comunidade intermunicipal e aquilo que se verifica é que muitos dos senhores deputados da assembleia da república, muitos deles fazem parte das assembleias municipais dos seus concelhos de residência, muitos deles, alguns deles o que é certo, alguns e o que é certo é que, por exemplo no caso da nossa comunidade intermunicipal, na nossa assembleia há de facto alguns senhores deputados da Assembleia da República que por inerências de votações e de listas de quando foram propostos, eles também estão na assembleia intermunicipal e pronto e às vezes para quem lá está, enfim, mesmo já andando nisto há alguns anos, acaba por ser caricato a forma como as guerrilhas partidárias nestes meios muito mais pequenos. Como é que as pessoas, não é neste caso, é de ambos os partidos tanto do PSD como do PS às vezes até os nossos colegas da CDU às vezes querem também mostrar bandeirinha e as pessoas não são capazes de se desagarrar das suas bandeiras que tem, as suas bandeiras partidárias e fixarem-se nos assuntos de facto importantes da comunidade e chegamos a ter a assistir a intervenções de pessoas, estou a lembrar-me de uma que é do PSD mas pronto, posso falar de outras também do PS, de pessoas que estão bem informadas por exemplo na área da saúde, estão muito bem informadas porque trabalham no ramo da saúde e conseguem fazer uma intervenção, que quem tiver 5 minutos, se interrompêssemos a assembleia 5 minutos, aquilo em 5 minutos era tudo completamente desmontado porque, só para demonstrar que o partido A, já não vou personalizar, o partido A, vem cheio de força então monta-se ali um cenário, um circo com base em números completamente revertidos, com conclusões completamente erradas e depois assistimos alguém a dizer, estamos muito mal na saúde, faltam médicos e depois alguém diz, mas acabaram de entrar 20 médicos, 30 médicos, ok está bem não chega, mas entraram ou não

entraram, são coisas destas, isto para dizer que de facto mesmo a este nível, as coisas estão a ficar demasiado politizadas e que, eu sei que é difícil e é mesmo contra-natura, aquilo que eu vou dizer, mas se calhar o problema está nos partidos.” -----

Referiu o Senhor Presidente da Assembleia “ Sim, claramente, provavelmente em dois partidos do nosso Sistema eleitoral.” -----

A Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar a moção. -----

### **Período de Intervenção do Público**

Interveio o munícipe Manuel Luís Costa para referir “Três questões muito rapidamente, a primeira para pedir algum esclarecimento sobre a nossa área de serviço de autocaravanas, o parque de autocaravanas, saber se está agendada alguma data para conclusão do parque se por outro lado há a intenção de fazer algo mais daquilo que lá está, porque se for para ficar assim aquele canto, ou melhor, aquele recanto nunca será um encanto, será pelo contrário um desencanto, porque vai desencantar todos aqueles que visitarem o Sardoal e que sejam desviados para aquele local. Segunda questão dizer que ouvi aqui hoje e acho muito bem, os excrementos dos cavalos pelas ruas da vila e quiçá pelas do concelho mas dizer que eu convivo muito bem com os dejetos dos animais na rua, já não consigo conviver muito bem com os pesticidas e herbicidas que são espalhados constantemente por todo o nosso concelho dizer que os dejetos Se calhar se fizermos circular os funcionários que têm a responsabilidade de limpar as ruas se os fizermos circular por essas ruas se calhar os dejetos são tirados imediatamente e enquanto não vierem outras soluções Essa seria perfeitamente mas de facto os herbicidas e pesticidas preocupa-me muito mas muito mais.

Terceira questão orgulho-me sempre de vir a estas assembleias e sinto que saio sempre daqui mais rico, mais informado, mas hoje saio particularmente satisfeito porque ouvi aqui intervenções muito importantes muito agradáveis e vi aqui, uma grande preocupação com o planeta com a vida na terra saio sensibilizado porque ouvi pela primeira vez aqui alguém, a assembleia, por assim dizer, manifestar-se preocupada mas profundamente preocupada com a vida na terra e isso satisfaz-me porque pode ser que seja a porta para que no Município seja tomada a decisão de dizer não definitivamente aos herbicidas e os pesticidas na nossa terra.” -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, dizendo “ Não é definitivo aquele Parque de autocaravanas ali mas entendemos pela necessidade de resposta e da procura que há, fruto do sucesso que está a ser a rota da Nacional 2, pensamos, entre não ter nada ou ter alguma coisa, que as

peessoas possam perceber que se passarem ali podem ficar. A ideia não é ficar ali pelo menos não ficar só ali e é fazer o mais breve possível a estação de serviço não é fácil chegarmos a um consenso mas em princípio tudo encaminha para que estação de serviço fique no Ribeiro Barato, ocupando um daqueles espaços próprios para as paragens dos autocarros nunca lá estão autocarros mas podemos aí, quando vamos a direção à rotunda temos o jardim do Ribeiro Barato na esquerda, o parque do lado direito Estamos a estudar esta hipótese e também há aqui uma janela de oportunidade de fazermos uma candidatura.

Há ordem para que não se aplique pesticidas na vila esta ordem foi dada por mim aos funcionários Espero que seja cumprido. Estamos à procura de soluções não é fácil neste país quase toda a gente utiliza os pesticidas e pouca gente assume que o faz, agora, o Presidente da Câmara deu ordem para a não utilização de pesticidas na Vila do Sardoal. Os excrementos, eu não sei se nós temos que pôr um funcionário ou dois da câmara sempre atrás dos cavalos, não é, com uma vassourazinha. Eu acho que o tratamento que tem que ser dado é identifico ao dos cães, as pessoas também andam com os cãezinhos e têm que apanhar, agora se calhar os senhores da GNR também não lhes custa nada sair do cavalo e apanhar levar os saquinhos aos contentores, se calhar estou a ser nahive nisso mas parece que o princípio pode ser o mesmo só mudar o tamanho do saco.” -----

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram vinte e duas horas e cinquenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal \_\_\_\_\_

O Primeiro Secretário \_\_\_\_\_

O Segundo Secretário \_\_\_\_\_